



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANA SORAYA VILASBOAS BOMFIM**

**A MULHER NO MERCADO INFORMAL: O CASO DAS AMBULANTES  
LOCALIZADAS NAS RUAS CENTRAIS DE SALVADOR**

**SALVADOR  
JUNHO/2005**

**A MULHER NO MERCADO INFORMAL: O CASO DAS  
AMBULANTES LOCALIZADAS NAS RUAS CENTRAIS DE  
SALVADOR**

Monografia apresentada pela aluna Ana Soraya Vilasboas Bomfim, ao Curso de Graduação em Serviço Social junto à Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – UCSal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel sob a supervisão da Prof<sup>a</sup> Marcela Mary José da Silva.

SALVADOR  
Junho/2005

À minha mãe, meu pai, Humberto, Jorge, Zé Maria, Val, Julinda, Amanda, Bárbara, Ana Luiza, Polyana, Mariana, Chico, Hortência e Maria Clara.

*Foi pelo trabalho que a mulher transpôs, em grande parte, a distância que a separava do macho; e só o trabalho pode garantir-lhe uma liberdade concreta.*

**Simone de Beauvoir**

## AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, mas não poderíamos deixar de agradecer, especialmente, àquelas que tiveram uma atuação decisiva no processo de construção de conhecimento sobre a questão abordada, o caminho percorrido, e ainda perceber a responsabilidade que aumenta em busca de um mundo, um país, melhor, necessário e urgente para quem vive do trabalho.

Primeiramente, o agradecimento às trabalhadoras ambulantes do centro da cidade de Salvador, em especial às que ficam lotadas nos espaços ordenados nas ruas (becos) da Avenida Sete de Setembro, por sua inestimável colaboração e permissão de melhor conhecer o saber fazer de cada uma.

Agradeço ao amor e acolhida do meu irmão Humberto e sua família por me permitirem uma casa, e assim fazer possível essa graduação, pois são muitos/as brasileiras/os que percorrem esse sonho sem oportunidades.

Agradeço, com uma especial emoção uma das etapas que concluo neste meu caminhar, ao meu irmão Jorge, que foi um espelho para poder desde cedo – quando nos anos de chumbo vivido neste país, na cidade onde nascemos, Caetité, nas madrugadas colando cartazes ditos subversivos, pois o sonho sempre foi o de uma pátria livre – saber de que lado estaria numa sociedade marcada pelo antagonismo.

À família Vilasboas Bomfim, aos princípios e valores que me deram, norte para minha vida pessoal, profissional, respeito ao humano e ao meio que vivo, sendo ainda uma aprendiz, pois esse é um processo que nunca cessará.

Às Prof<sup>as</sup> Jaíra Capristano (Faculdade Rui Barbosa e FTC), Ana Alice Costa (NEIM/UFBA), Fernanda Gonçalves (UFBA e UCSAL) e Ângela Borges (UCSAL) por suas contribuições como orientação e teoria, que serviram no processo de discussão e elaboração para conclusão desse trabalho.

À Prof<sup>a</sup> Naéte Nascimento, por ter sido não apenas mestra, mas também amiga e incentivadora, contribuindo quanto aos aspectos técnico-metodológicos desta monografia.

À supervisora, Prof<sup>a</sup> Marcela Mary José da Silva, pela leitura e paciência, durante a elaboração deste trabalho.

A todos os mestres e mestras, que desde o início do curso tiveram o cuidado na troca, na formação intelectual e como um exemplo de profissional, em especial ao mestre amigo Edmilson Carvalho.

A Fundacentro, às colegas e amigas Maria do Rosário, Maria Engracia, Anaide, a José Carlos pela interlocução na temática aqui apresentada, e todas e todos as/os trabalhadores(as) da Fundacentro da Bahia, pelo incentivo e colaborações.

Às colegas e amigas de curso, encontro marcado, valiosas, Valquíria, Socorro, Elisa, Madalena, Márcia, Suzana, Claudinha, Cristiane, Patrícia, todas as colegas, que foram muitas, nessa caminhada que espero não ser de parada, pelo companheirismo e apoio moral nos momentos bacanas e também de grande dificuldade.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – O MUNDO DO TRABALHO E SUA CONTEMPORANEIDADE	p. 11
1 O mundo do Trabalho: breve incursão teórica.....	p. 11
2 Mulher, Mercado de Trabalho e Informalidade.....	p. 21
CAPÍTULO II – A MULHER NO MERCADO INFORMAL DE SALVADOR	p. 34
1 O Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador	p. 34
2 A Mulher e o trabalho informal: o caso das ambulantes de Salvador	p. 39
3 Mulher, mercado informal e as múltiplas adversidades	p. 43
CONSIDERAÇÕES.....	p. 49
REFERÊNCIAS.....	p. 52
ANEXOS.....	p. 55

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta da vivência de estágio no Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher – NEIM, órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia, que tem seu principal objetivo discutir e formar uma consciência crítica acerca da questão de gênero e da mulher nesta sociedade.

Nesse sentido, acompanhando o trabalho ali desenvolvido em conjunto com o NEIM e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro - órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, um projeto que observava o impacto do trabalho na saúde da mulher, aquelas integrantes da categoria do ramo plástico e petroquímico, que têm vínculo formal e acesso aos direitos do trabalho instituído pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas. A realidade encontrada nas relações de trabalho e condições de trabalho para esse grupo de trabalhadoras estudadas mostrou situações de grande precariedade, devido à terceirização e à flexibilidade da relação do trabalho contemporâneo.

Frente a essa situação de relação de trabalho e condições de trabalho desfavoráveis a essas trabalhadoras, nos amparamos nos estudos de Druck e Borges, para melhor compreensão dessa realidade, ou seja, as pesquisadoras demonstram que a reestruturação ocorrida nos processos de trabalhos nos anos 80 e 90, como as novas gestões e organização do trabalho, é inspirada no “modelo japonês”, ou toyotismo (redução de custo, aumento de intensidade do ritmo de trabalho, maior concentração de tarefas e responsabilidades), onde a terceirização é considerada a principal política gestada no interior da reestruturação produtiva (2002, p. 112). A terceirização é a forma mais visível da flexibilização do trabalho, pois se concretiza no âmbito do discurso empresarial, ou seja, pelos contratos flexíveis. Permite assim, a concretização dos *contratos por tempo determinado, por*

*tempo parcial, por tarefa (empreita), por prestação de serviço, sem cobertura legal e sob responsabilidade de “terceiros”*. Os efeitos do processo da terceirização resultam na “quádrupla” precarização – do *trabalho, da saúde, do emprego* e dos *sindicatos*. Este conjunto de transformações ocorre no interior do processo produtivo capitalista, que vem se reproduzindo de forma crescente, repercutindo num desemprego estrutural e com uma desestruturação nas relações e condições de trabalho.

Devido ao quadro exposto acima e em face a essa situação de degradação e expropriação para quem vive do trabalho, definimos como tema o trabalho das mulheres no mercado informal: as ambulantes nas ruas do centro de Salvador.

Partimos do princípio que as mulheres trabalhadoras do setor informal, identificadas como ambulantes, labor das excedentes, fruto da crise econômica e do desemprego que o país vem sofrendo nas últimas décadas, portanto o questionamento dessa realidade fez surgir o problema que deu origem a esta pesquisa: Quais os desafios encontrados pela mulher inserida no mercado informal de trabalho em Salvador?

Para tanto, a nossa investigação pautada nos referenciais analíticos tenta afirmar a hipótese, segundo a qual são grandes as adversidades colocadas pela reestruturação produtiva para o mundo do trabalho, particularmente no que diz respeito à informalidade, às precárias condições nos ambientes de trabalho, à sobrecarga de trabalho e à ausência de proteção social, questões ainda mais graves quando se trata das trabalhadoras ambulantes.

A metodologia implicou: no processo de observação, tendo como universo de estudo as trabalhadoras ambulantes do setor informal da Avenida Sete de Setembro, em Salvador. Por se tratar de um estudo que teve um tempo<sup>1</sup> restrito para o trabalho de campo, decidimos pela utilização da amostra não probabilística, por acessibilidade que, apesar de ser destituída de rigor estatístico, possibilitou por meio de entrevistas, selecionar elementos que tiveram contundência para o universo

---

<sup>1</sup> Abril a junho de 2005

estudado. Para a coleta, fez-se uso de pesquisa de campo e de fonte secundária, além da revisão bibliográfica, que nos orientou em termos teóricos, com ênfase na literatura sobre as questões do trabalho, informalidade e relações de gênero no mundo do trabalho, permitindo uma análise mais consistente do tema.

Como fonte primária, utilizamos a técnica de entrevista (em anexo) – que chamamos de diálogos com as trabalhadoras ambulantes – no sentido de obtermos uma maior aproximação com a realidade do trabalho, conduzidas por um roteiro, de maneira informal, deixando as trabalhadoras à vontade para falarem de seu trabalho e situações significantes. Além das entrevistas, adotamos o diário de campo para o registro do observado no cotidiano desse trabalho. A abordagem adotada foi a qualitativa, pois em nosso entendimento, e segundo Minayo, a mesma aprofunda-se no mundo dos significados e relações humanas, mostrando-nos a compreensão da realidade vivida socialmente, na qual o quantitativo não dá conta dessa percepção. (MINAYO, 1994, p. 22-23).

Partindo dessas premissas, o primeiro capítulo deste trabalho aborda a questão do mundo do trabalho na contemporaneidade, trazendo à tona a discussão de uma breve incursão teórica de como as globalização, reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho transformam o universo do trabalho, provocando o desemprego estrutural, fazendo com que as trabalhadoras encontrem no trabalho informal sua subsistência, o trabalho sem contrato, a falta de proteção social e como manter a reprodução da força de trabalho nesse contexto; e ainda, o lugar da mulher no mercado de trabalho atual, como se compreende essa luta desigual frente à reconfiguração do capital, ou seja, os impactos da divisão sexual do trabalho.

*Se o indivíduo é expressão da singularidade e o gênero humano é uma dimensão de universalidade, a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude em sua existência concreta, no mundo da produção e reprodução social (ANTUNES, 2000, p. 119).*

No segundo capítulo é analisada a importância da situação da mulher no mercado de trabalho, num breve panorama nas Regiões Metropolitanas do País, em específico a Região Metropolitana da cidade de **Salvador**, em que um fato de relevância é ser esta a que apresenta um **maior índice de desemprego**; com isto a situação para a classe trabalhadora é de maior vulnerabilidade. Ainda nesse

capítulo, apresenta-se a análise do trabalho informal de Salvador – a partir das ambulantes – e seus desafios, buscando compreender essa realidade e suas múltiplas adversidades.

## CAPÍTULO I – O MUNDO DO TRABALHO E SUA CONTEMPORANEIDADE

### 1 O Mundo do Trabalho: breve incursão teórica

O trabalho é uma atividade produtiva e social, em que o ser humano, ao transformar a natureza, garante o seu sustento, ou seja, a subsistência da instituição família. Para Karl Marx,

*O trabalho é, antes de mais (sic), um ato que se processa entre o homem e a natureza. O próprio homem desempenha, perante a natureza, o papel de uma potência natural [...] ao mesmo tempo em que age, por intermédio desse movimento sobre a natureza que nela se encontra em potência. Não nos atardemos ao nível desse estado primordial em que o trabalho ainda não se libertou de um modo puramente instintivo. O nosso ponto de partida é o trabalho sob uma forma que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha efectua operações que se assemelham às do tecelão e a abelha confunde a habilidade de mais de um arquiteto com a estrutura dos favos em cera. Mas o que distingue, desde logo, o pior dos arquitetos da abelha mais hábil, é o fator de ele constituir a célula na sua mente antes de a construir na colméia. O resultado a que chega o trabalho existe previamente na imaginação do trabalhador (1965, p. 728).*

Com isso, focando o trabalho como ponto de partida, tem-se o mesmo como um ato processado entre o ser humano e a natureza, capaz de ser pensado antes de sua realização. No trabalho artesanal, sua forma de realização era individualizada ou familiar e sua produção tinha um caráter de bens de consumo de pequena escala, com ferramentas manuais, construídas pelos trabalhadores, onde a atividade laboral era pensada e concretizada por essas mesmas pessoas.

Essa maneira de produzir entra em decadência a partir da criação da máquina a vapor no século XVIII, período que dá início ao capitalismo industrial. Esse novo pensar de realizar o trabalho revolucionou o mundo, são mudanças profundas nas

relações sociais, em que as transformações acontecem num movimento acelerado, por meio das ciências e novas tecnologias. As sociedades, em sua maioria, organizaram-se com base neste modelo de produção, trata-se de um processo civilizatório, que tem um caráter de grandes desequilíbrios entre os seres humanos e a natureza.

Com a industrialização, a produção atende um mercado maior, pois foi essa lógica que levou ao surgimento das fábricas, em que a realização do trabalho se dá em uma organização que objetiva a atender às classes empresariais, que priorizam suas atenções e interesses na produtividade humana e acumulação de riquezas, fundada em uma nova racionalidade de extração do máximo de trabalho humano em troca de salário. É esta, portanto, a nova forma de pensar, organizar e gerenciar o trabalho, transferida agora para os donos das fábricas, a concentração das informações sob o domínio do capital e a exclusão dos trabalhadores neste processo. É nesse momento que o trabalho se torna alienado, uma vez que, aquele que o faz já não tem domínio sobre o mesmo.

Nesse sentido, entender para onde o trabalho caminha, é entender a lógica do modelo de produção capitalista, eixo em torno do qual gira todo o nosso sistema social, esse capital que se reconfigura ao longo dos anos. A explicação de como expandiu essa produção se encontra, segundo Mészáros, citado por Antunes,

*Naturalmente, a organização e a divisão do trabalho eram fundamentalmente diferentes nas sociedades onde o valor de uso e a necessidade exerciam uma função reguladora básica. Com o capital erige-se uma estrutura de mando vertical, que instaurou uma divisão hierárquica do trabalho capaz de viabilizar o novo sistema de metabolismo social voltado para a necessidade da contínua, sistemática e crescente ampliação de valores de troca (2000, p. 21).*

Esse é um sistema de controle que obedece a uma hierarquia, buscando aprimorar as formas para aumentar suas riquezas, além de manter a reprodução do capital e o controle sobre o processo de trabalho. Baseia-se em teorias e práticas, do modelo taylorista-fordista, erguido pós-guerra, e, sobretudo intensificado, a partir da década de setenta, quando da Terceira Revolução Industrial, pelo processo produtivo imperante do toyotismo. Daí, deflagra-se, um processo de desregulamentação do mercado de trabalho, correspondente à política neoliberal,

impondo uma economia globalizada, entendida pela supremacia da gestão financeira do sistema capitalista.

Portanto, os meios de produção capitalistas têm passado por diversas modificações, aliados à modernização tecnológica e à informatização de novos processos de trabalho, renovando-se em suas crises por meio de um metabolismo social do capital, entendido como a ampliação considerável da produção e o estímulo ao consumo de valores de troca – riqueza necessária para a existência, manutenção e fortalecimento do processo de produção capitalista, desnecessários aos seres humanos – , e seus sistemas de mediações.

O Capital, no modelo de acumulação do tipo taylorista/fordista, tem função e controle do processo produtivo de forma separada, “*entre aqueles que produzem e aqueles que controlam o trabalho*” (ANTUNES, 2000, p.22). No pós-guerra, seu desenvolvimento se consolida em um período conhecido como “anos dourados”, no primeiro mundo, por ser um dos mais prósperos momentos do capitalismo, com a institucionalização das relações assalariadas de produção, uma situação de quase pleno emprego, produção e consumo em massa, quando o Estado aparece como agente político que controla e define as leis desse sistema. É época que ficou conhecida como a de “bem-estar social”, que, em verdade, atendeu muito mais às expectativas dos países capitalistas centrais que às nações periféricas.

A crise do sistema capitalista deflagrada nos anos de 1970 foi marcada por duas situações: a crise cambial e a crise do petróleo, ocorrendo assim, uma grave situação na economia dos Estados Unidos, que refletiu por todo mundo capitalista. A primeira, se caracteriza por um processo inflacionário, acompanhado de recessão econômica, como também por uma defasagem tecnológica das indústrias norte-americanas diante de seus similares japoneses ou alemães e a segunda com o primeiro choque do petróleo (1973), ou seja, um aumento acentuado do preço do petróleo, decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, o poder do mundo árabe, levando forte desequilíbrio nas contas dos países dependentes dessa fonte energética. Os reflexos das crises nos diferentes países do mundo levam às grandes transformações da produção nos anos 70. Acompanham essas mudanças fatos como: a nova estrutura produtiva – que apóia-se num fator de

produção de exclusividade absoluta das grandes potências, com os avanços da tecnologia de ponta, imprimindo transformações nas esferas política e social – e o esgotamento do modelo Keynesiano, ou seja, a crise do Welfare State, nos países centrais capitalistas.

O Estado não mais é capaz de sustentar os gastos exigidos pelo Estado de bem-estar social. Para Antunes (2000, p.31), esse modelo de produção fordista e keynesiano, estabelecido pela política da social democracia, é que aprofunda “uma *crise estrutural do capital*”, sendo que esse quadro se acentua por alguns elementos tais como: a queda da taxa de lucro; o próprio esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; retração do consumo; desemprego estrutural; hipertrofia da esfera financeira; necessidade da retração dos gastos públicos, e a conseqüente crise do Estado do bem-estar-social ; processo de privatizações; desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e modificação do processo de trabalho. Configurando a nova ordem mundial, a expansão do neoliberalismo no mundo, neste processo, destacaram-se dois líderes mundiais: Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1970 a 1980).

Percebe-se que o “*mundo do capitalismo desenvolvido*” chega ao fim; uma fase da história que traz consigo uma nova era do desenvolvimento social, a chamada “Era de Ouro”, conforme Hobsbawm (1995, p. 253), que não traduz uma economia revolucionária, e sim uma expansão dos anos da guerra. Desta forma, os atuais estágios da acumulação capitalista são marcados pela falência do Estado do bem-estar-social , do taylorismo/fordismo, pela redução de custos, pela necessidade urgente de controlar as lutas sociais do direito do trabalho e o fim da regulação fordista e da produção voltada para o consumo de massa. Esse estágio não apresenta pilares sólidos, capazes da retomada da expansão, o processo de reorganização do capital se refaz com uma nova configuração do metabolismo social.

Para uma *retomada da acumulação e o seu projeto global de dominação* (Antunes, 2000, p.50), o capital e suas mutações apontam a acumulação flexível, ou seja, a *reorganização do trabalho sustentado no padrão toyotista, que resulta numa*

*intensificação do trabalho em grau inédito. (DRUCK, 2002)*- como um novo processo de mudança, que tem base no modelo japonês, o toyotismo - é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota-Japão do pós-45, contendo os seguintes traços: produção vinculada à demanda, visando atender às exigências individualizadas; fundamenta-se no trabalho operário em equipe, sendo que o operário experimenta a multivariada de funções, operando várias máquinas simultaneamente, como o princípio de jus in time, ou seja, melhor aproveitamento possível do tempo de produção (ANTUNES, 2002).

Tais transformações ocorrem num momento de crises e disputas intensas entre os grandes grupos de monopólios dos países capitalistas centrais, que exigem uma intensa concorrência e a necessidade de controlar as lutas sociais, originadas das relações do trabalho. Trata-se, como afirma o mesmo autor, do “*processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideológico neoliberal*”, através do qual ergue-se *um* modelo caracterizado por relações políticas, econômicas, sociais e culturais, absolutamente desfavorável ao ser humano e ao meio ambiente.

***Assim, no capitalismo flexível, as transformações no e do trabalho – e sua flexibilização – estão redefinindo a própria existência humana, cujo principal resultado é a perda de valor e de sentido na relação entre os próprios homens. A perda da lealdade e do compromisso mútuo, que só podem ser estabelecidos numa relação de longo prazo, as dificuldades de criar laços ou de definir o que tem valor duradouro numa sociedade do imediatismo, do aqui e agora, do presente contínuo configuram uma realidade em que homens e mulheres-que-vivem-do-trabalho se fragmentam, se separam, se individualizam e dessa forma, ficam “à deriva” (SENNET, apud DRUCK, 2002, p. 21).***

Dá-se, nesse momento, a compatibilização do toyotismo e acumulação flexível que é, primeiramente decodificado, e implementado, pelos países centrais, e que, rapidamente, se estende aos periféricos; é o fim da regulação fordista e da produção voltada para o consumo de massas, resultando num mundo do trabalho totalmente desregulado. Há liberalização dos fluxos de capital em diversos países, ou seja, o capital torna-se “livre” para atuar nos países de força de trabalho mais barata, impondo reformas legislativas nas relações capital-trabalho, transferência da responsabilidade de qualificação para os próprios trabalhadores, pela qual o capital

assume, em escala mundial, as mais bárbaras formas de exploração do trabalho humano.

*O capital, no uso crescente do incremento tecnológico, como modalidade para aumentar sua produtividade, também “necessariamente implica crises, exploração, pobreza, desemprego, destruição do meio ambiente e da natureza”, entre tantas formas destrutivas (CARCHETI, apud ANTUNES, 1997, p. 73).*

Ainda conforme Antunes, esta fase é caracterizada pelo “*desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital*” (ANTUNES, 2000, p.34). Esse novo cenário destrutivo, no qual o capital se reestrutura de forma “globalizada”, com um projeto político, econômico, social e neoliberal que atinge diretamente o mundo do trabalho, é a grande metamorfose que acompanha a reprodução da acumulação do capital. Por conseqüência, desemprego em massa, há o desmonte das conquistas sociais dos trabalhadores desestruturando as suas organizações representativas e o rompimento do mecanismo de controle e regulação do papel do Estado entre o capital e trabalho.

Assim, as implicações da desregulamentação do mercado de trabalho, quanto ao papel do Estado, são de regressão para a relação capital-trabalho, pois no contexto de reestruturação econômica e produção flexibilizada, a idéia de “*menos Estado*” é a que prevalece. O papel e a situação do Estado é redefinido sob fazer o máximo de concessões ao capital financeiro e aos grandes monopólios capitalistas, que, também sob as forças do mercado, impõem: privatizações de estatais; as reformas trabalhista e sindical – em referência direta ao conjunto da classe trabalhadora –, provocando perdas e conquistas de lutas por direitos sociais; cortes de gastos públicos; políticas focalizadas-assistencialistas, e uma total subjugação do trabalho ao grande capital.

*Em tempos neoliberais, o processo de feitichização da mercadoria se intensifica. Trata-se do fetiche do mercado, que é colocado acima de todos e de tudo. É a mais clara “adoração” e culto ao mercado, que vai se impondo e impregnando todos os espaços da vida social. Tudo é justificado pelas necessidades do mercado (DRUCK, 2000, p.11).*

No Brasil, o ano de 1930 é que marca a sua “Revolução Industrial”. Temos assim um capitalismo industrial tardio, processo que se beneficia da crise de 1929 e pela

Revolução de 1930. É a decadência da cafeicultura, que transfere o capital para a indústria, justificando a concentração industrial no Sudeste, especificamente em São Paulo. No governo de Getúlio Vargas, esse quadro industrial se altera, com a criação das empresas estatais do setor de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional, PETROBRÁS e a Companhia Vale do Rio Doce (mineração). No entanto, o maior crescimento industrial de todos os tipos de indústria foi no governo Juscelino Kubitschek, dando início à "Internacionalização da Economia", com a entrada de empresas transnacionais, do setor automotivo. Esse processo tem continuidade durante a Ditadura Militar (1964 a 1985), destacando o Governo Médici, no chamado período do "Milagre Brasileiro" que, atendendo à política do mercado internacional, impulsionou um crescimento econômico, mas ocasiona aumento da dívida externa e maior concentração de renda.

Diferentemente do que acontecem nos países ditos "desenvolvido", assim chamados por terem enriquecido por meio de processos colonizadores, os conhecidos como "em desenvolvimento", não desfrutaram de uma regulação fordista de consumo de massa, na medida em nunca prevaleceu a norma salarial desse modelo. Não houve transferência de ganhos reais da produtividade realizada para a massa salarial dos trabalhadores/as. No caso brasileiro, tal caráter é agravado face a sua história ser fundada em oligopólios, em radical concentração de renda por uma minoria. Graças à afunilada cultura hierárquica, o modelo de produção capitalista adotado no Brasil é conservador e excludente.

No caso do modelo japonês – práticas de gestão centrada na Qualidade Total e Terceirização -, a sua introdução nos países centrais se dá entre os anos 70 e 80, já em nossa produção, acontece nos anos 90, com a implementação dos CCQs - Círculos de Controle de Qualidade no mundo do trabalho, pelos quais tentam transformar os trabalhadores em colaboradores, com um discurso de empresas de gestão participativa, encontrando resistência devido às ações reativas dos sindicatos. Porém, na década de 90, esse modelo entra com a propagação nas empresas da "*década de qualidade, cultura da qualidade*", políticas recomendadas pelo Fundo Monetário e pelo Bando Mundial, inserindo então, o *Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP*- o setor que inaugura esses programas no

Brasil foi o automotivo, praticado no governo Collor, com o discurso sobre a necessidade de modernizar o país.

*[...] CCQs, como uma estratégia patronal de disputa pela liderança no local de trabalho, confrontando-se com as comissões de fábrica. Em vários depoimentos, as gerências colocavam estas políticas como fundamentais para “administrar os conflitos”. De acordo com Carvalho (1987, p. 204), “... se os sistemas de organização do trabalho baseados no taylorismo se orientam para a apropriação do corpo do trabalhador, as estratégias e programas de envolvimento buscam se apropriar de sua alma” (DRUCK, 1999, p.103).*

É o Brasil seguindo as tendências internacionais, pelos quais a pressão por mudanças nas relações de trabalho é urgente e determinante no processo de reestruturação produtiva. O modelo de produção capitalista que nos referimos acima imprime-se aqui, como nos demais países em desenvolvimento, contudo sem a totalidade do modelo taylorista/fordista e o seu “bem-estar-social”. Desta maneira, quando a crise do modelo rígido do fordismo se instala nos países desenvolvidos, os países presos às dívidas externas, como o Brasil, são obrigados a se adaptarem à nova ordem do culto à política neoliberal.

Como se antecipa, essas mudanças têm o seu início no governo Collor e sua institucionalização no governo FHC. Eles cumprem a internacionalização da economia brasileira, abrindo o País ao avanço do Neoliberalismo, com sérias repercussões no setor secundário da economia. Desta maneira, determinou-se a privatização de quase todas as empresas estatais, tanto no setor produtivo, como as siderúrgicas e a CVRD, quanto no setor da infra-estrutura e serviços, como o caso do Sistema Telebrás (sistema de telecomunicação do país). Com esta política, marcaram a abertura do mercado brasileiro, provocando aumento do desemprego, devido à falência de empresas e às inovações tecnológicas adotadas, como a utilização de máquinas e equipamentos industriais de última geração, necessários para aumentar a competitividade e resistir à concorrência internacional. Há uma expansão do que Marx chamou de *trabalho social humano combinado* :

***[...] onde trabalhadores de diversas partes do mundo participem do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha para a eliminação da classe trabalhadora, mas para sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada (MARX, apud ANTUNES, 2000, p.170).***

Nesse contexto, assistimos “a desestruturação do mundo do trabalho e o mal-estar no fim do século XX” (FILGUEIRAS, 1997, p. 9). Uma transformação no “processo econômico/social/político de “desmonte/diluição dos espaços nacionais”, argumenta o autor, que são *fenômenos distintos*, mas que geram toda esse desmonte da estrutura produtiva nacional, e que contém articulações profundas – o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização.

Nessa nova etapa da acumulação do capital flexível, a desregulamentação do mercado de trabalho, e as *mazelas do capital* demonstram não ter fronteiras, pois com a adoção de novas formas de organizar o trabalho, por meio da “*qualidade total*” e da “*terceirização*” (DRUCK, FILGUEIRAS, 2000, p. 9), como identifica tão bem Marx anteriormente - *trabalho social humano combinado*-, é que assistimos a total precarização do trabalho, com suas repercussões: transferência de responsabilidades com os contratos de trabalho; sub-contratação, trabalho temporário, trabalho parcial, estágios, trabalho infantil e escravo, flexibilização da legislação trabalhista, desemprego em massa com a eliminação dos postos de trabalho (o “boom” do exército industrial de reserva). Os que vivem do trabalho, para Antunes é uma classe hoje, heterogênea: “*qualificados/desqualificados, mercado formal/informal, jovens/velhos, homens/mulheres, estáveis/precários, imigrantes, etc.*” (2000, p. 104). Esse quadro nos aponta à total subjugação da força de trabalho ao capital, vergando-se sobre o medo da reestruturação que amplia dia a dia o exército industrial de reserva – ER no sentido original que lhe dá Marx, ou seja, *é tanto mais numeroso quanto a riqueza social... (é) mais considerável... Mas quanto mais aumentar este exército de reserva comparativamente ao exército ativo do trabalho, mais a população aumenta, excedente este, cuja miséria é inversamente proporcional aos tormentos do trabalho. Quanto mais crescer esta camada de Lázarus da classe assalariada, mais cresce a pauperização oficial.* É esta a lei absoluta e geral da acumulação capitalista (ENGELS, KARL MARX, *Le Capital*, livro I, tomo III, Editions Sociales, Paris: 1962, p. 55) – na fase de expansão do desemprego estrutural.

*No mundo do trabalho contemporâneo, o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente. As máquinas inteligentes podem substituir em grande quantidade, mas não podem extinguir e eliminar definitivamente o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual dos trabalhadores/as que, ao atuarem junto à máquina informatizada, transferem parte dos*

*seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta deste processo, dando novas conformações à teoria de valor. Estabelece-se um complexo processo interativo entre o trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, como imaginou Habermas, mas a um processo de retro-alimentação que necessita cada vez mais uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico (ANTUNES, 2004, p. 8).*

É a referida acumulação flexível, implicando em níveis altos de desemprego, baixos salários e perda da organização sindical. O capitalismo tornou-se monopolista e financeiro com as grandes empresas e diversificações corporativas, organizando-se por meio da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis aos mercados de trabalho. O Estado, por sua vez, tornando mínimo, cede a sua soberania em favor de organismos como o FMI, Banco Mundial, entre outros, perdendo assim a sua capacidade de regular o mercado. Aqui, também sofremos a descentralização industrial, seguindo uma tendência mundial. Esse processo de descentralização industrial, chamado por alguns autores de desindustrialização, *descentralização geográfica das fábricas, práticas que representam novas necessidades do sistema, num contexto de hegemonia da lógica financeira, mobilidade dos capitais e dos processos produtivos menos rígidos e cada vez mais flexíveis* (DRUCK, 2002); de re-territorialização ou des-territorialização, vem ocorrendo intra e inter-regionalmente no Brasil, onde os donos do poder buscam menores custos de produção e força de trabalho, governos que ofereçam incentivos fiscais, cidades-médias e melhor qualidade de vida. É uma desconcentração industrial entre as regiões, que vem determinando o crescimento de cidades-médias dotadas de boa infra-estrutura e com centros formadores de uma maior qualificação para que vive do trabalho, geralmente universidades. Além disso, é um movimento de indústrias tradicionais, principalmente de calçados e vestuários, em que seu universo de trabalho é mais feminino, reforçando a exploração e superexploração desse saber fazer, e que estão migrando para o **Nordeste**, atraídas, sobretudo, por que é uma força de trabalho extremamente barata nas cidades menores, também chamadas de “**terras virgens**”.

Foi nessa conjuntura – chamada por Antunes (2000) de “desertificação neoliberal no Brasil” – de mudança de padrão de relações de trabalho que o atual presidente,

Luis Inácio Lula da Silva, eleito em 2002 e empossado em 2003, pelo Partido dos Trabalhadores com 53 milhões de voto, assentou para sua “governabilidade”, uma coligação com partidos de centro-direita e outros, e que, até o momento não ousou realizar rupturas com as políticas impostas pelo projeto neoliberal. Prevalecem assim, os fatores estruturais geradores de desemprego, insuficiência de crescimento econômico e social, capital em busca das tecnologias e novas organizações em função de maior produtividade e a dispensa do trabalho humano, com fins à valorização do capital.

## 2 Mulher, Mercado de Trabalho e Informalidade

*Mas será esse o principal problema que se apresenta à mulher operária? Seja ela casada, ou não casada, as obrigações familiares, os cuidados com os filhos, são tarefas suas. Os seus verdadeiros problemas são de ordem econômica, e só acabarão quando acabar a actual relação de produção. (KOLLONTÁI, 1975, P.35)*

É importante nunca perder de vista que, sendo os papéis de homens e mulheres nesta sociedade, organizada por um modelo de produção capitalista, que se apropria dos conceitos conservadores e excludentes do patriarcado, que é, de grandes desigualdades. Para a mulher as conquistas efetivas são fruto de luta contínua, pela qual podemos ligeiramente apontar algumas: o direito a voto, cota de mulheres para cargos eletivos, a livre escolha do parceiro, o divórcio, do confinamento ao mundo privado doméstico a diferentes ocupações no mercado de trabalho – da doméstica à executiva –, ao mesmo tempo observa-se à existência ainda da obrigação e subserviência ao marido e filhos para uma vida conjugal, o que caracteriza a sua dupla jornada de trabalho.

Foram perspectivas e conquistas nascidas dentro do movimento de mulheres, que permanecem em constante movimento, no sentido de alcançar cada vez mais a superação das enormes desigualdades cristalizadas em nossa sociedade, sejam elas de renda, de oportunidades ou de instruções. Ressalte-se ainda, que, vinculada a todas essas questões postas por uma sociedade machista, estão as relações assimétricas existentes entre homens e mulheres, ou seja, em suas famílias, onde se fazem a reprodução do gênero. Para SCHOT, *o gênero é um elemento*

*constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre o sexo, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder* (1998, p. 14). A autora, analisa gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestar poder a partir de quatro elementos relacionados entre si, que são: o simbólico, as instituições e organizações sociais, o normativo e a identidade subjetiva, sendo aqui, a nossa reflexão: a mulher e o seu lugar na produção, ou seja, relação capital e trabalho.

Para analisar a situação da mulher no mercado de trabalho é importante lembrar, além dos elementos, estruturantes, também os que compõem a conjuntura econômica, política, social e cultural, que acompanham o metabolismo social do capital no contexto atual, ou seja, a combinação de uma reestruturação produtiva e a acumulação flexível do mercado, marcada por profundas transformações no mundo do trabalho. Segundo análise do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos, sabe-se que:

*Já há algum tempo, os movimentos de mulheres vêm orientando seus debates na perspectiva de que as questões que tradicionalmente lhes são atribuídas precisam ser colocadas em um contexto mais amplo, ou seja, o da discussão das relações e dos papéis de homens e mulheres na sociedade. Esta é a chamada questão de gênero, pois se refere aos gêneros masculino e feminino, não estando restrita a apenas um. Esta abordagem permite situar o tema em um horizonte maior ao tratar, por exemplo, a questão das desigualdades entre homens e mulheres como um problema nas relações de dominação socialmente estabelecidas entre os dois gêneros. Além disso, recoloca os termos das soluções dos problemas: elas são conjuntas e envolvem mudanças de posição e comportamento de homens e mulheres em uma repartição social mais justa das responsabilidades e oportunidades* (1999, p. 43).

No Brasil, e em todo o mundo, a produção capitalista, desde os seus primórdios, fez uso do trabalho feminino produtivo. Inicialmente, era um trabalho em menor escala, pois precisava de força de trabalho que operasse máquinas com “docilidade”, “destreza”, com salários baixos (pelos afastamentos, decorrentes da gestação, amamentação e menor força física) e super-exploração do trabalho humano, por meio do sistema de mais-valia absoluta, originando uma desigualdade instaurada pela chamada divisão sexual do trabalho, conforme Hirata e Kergoat (2003, p.114), a divisão sexual do trabalho é o suporte empírico que permite a medição entre relações sociais (abstratas) e práticas sociais (concretas) e a

elaboração de hipóteses de médio alcance, contendo os preceitos do patriarcado e uma discriminação pautada pela cultura dominante. Dessa forma, junto com todos os movimentos do capital em sua expansão, tivemos os movimentos de classe sobre o controle do uso da força de trabalho, como também, o movimento feminista que lutou e luta contra a subordinação e exploração da mulher pelo sistema capitalista e patriarcal.

*[...] As teses de alcance universal, como a da especialização flexível ou aquela da emergência de um novo paradigma produtivo alternativo ao modelo fordista de produção, são fortemente questionáveis à luz de pesquisas empíricas que levam em consideração as diferenças Norte-Sul ou as diferenças relacionadas ao gênero. (...) A especialização flexível ou a organização do trabalho em pequenas ilhas ou módulos não se realiza de maneira indiferenciada quando se trata de ramo com mão-de-obra feminina ou masculina, de países altamente industrializados ou ditos subdesenvolvidos (HIRATA, apud ANTUNES, 2000, p. 106)*

Nesse estudo, realizado por Hirata em empresas, Japonesas, Francesas e Brasileiras, citado por Antunes, ela compara e constata que nesses países são variadas as formas de organização e gestão do trabalho, em função da divisão do trabalho e da diferença relacionada ao gênero. A constituição da divisão sexual do trabalho determinada pelo capital nos espaços de trabalho, sobretudo na contemporaneidade, é assim descrito pela autora: *“nos estabelecimentos dos três países o pessoal envolvido era masculino e feminino segundo o tipo de máquina, o tipo de trabalho e a organização do trabalho”* (2000, p. 107). Mas, no que concerne às atividades, sobretudo as manuais e repetitivas, eram reservadas às mulheres, e aquelas a que atribuíam conhecimentos técnicos, na sua maioria, eram reservadas para os homens. Nesta perspectiva, no mundo do trabalho, são visíveis as desigualdades engendradas quanto ao valor de uso da força de trabalho de homens e mulheres. Assim, pode-se inferir que essa é a forma de sociedade pautada no modelo de produção capitalista, onde o trabalho também é organizado conforme as relações de gênero que as permeiam.

Vimos, então, que a lógica da flexibilização, reestruturação produtiva e a política neoliberal, segundo Antunes, estabelecem relações com um aumento significativo do trabalho feminino no mundo produtivo. A *precarização socioeconômica*, segundo Hirata (2002, p. 63), atinge particularmente a mulher, pois ao longo dos últimos 30 anos, o seu crescimento no trabalho produtivo foi evidente e é irreversível, porém,

numa condição totalmente precária. Tal precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração. (DRUCK, BORGES, 2002). Neste sentido, o lugar da mulher, nos espaços de trabalho é marcado pela terceirização, ou seja, modalidade mais eficiente de dominação do capital sobre o trabalho, que tem como objetivo a redução de custo e se sustenta na “racionalidade no uso da força de trabalho” (DRUCK, 2002); no regime de tempo parcial, que significa, uma modalidade de emprego, que induz forte precariedade quanto à carreira, aos rendimentos, às perspectivas de formação, compreendendo uma população majoritariamente feminina, mais jovens e menos diplomadas, esse tipo de trabalho é mais recorrente nos países de capital desenvolvido (HIRATA, apud ANTUNES, 2000); além de subcontratação, trabalho a domicílio com jornadas exaustivas, intensa exploração de trabalho, desníveis salariais, e junto a isso, a informalidade.

Vista a questão, as mulheres constituem uma posição firme e singular no mercado de trabalho contemporâneo e o que se apresenta merece uma reflexão, pois essa realidade na divisão sexual do trabalho faz acentuar a vulnerabilidades para essas trabalhadoras.

Dito assim, nesse contexto de reorganização produtiva, as tendências de aumento do trabalho feminino, são contínuas e as pesquisas observadas por Nogueira (2004, p. 2), nos revela que na Europa, América Latina e Brasil, durante as décadas de 80 e 90, é bem significativo esse crescimento da mulher no mundo do trabalho, seguramente fazendo parte de um processo de emancipação feminina, no sentido dado por Marx, nos Manuscritos econômico-filosóficos: “A superação da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as propriedades e sentidos humanos; mas a ela é esta emancipação exatamente pelo fato de estes sentidos humanos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente” (1983, p. 174). Para Nogueira, ainda, segundo Marx, a emancipação parcial é possível nos marcos do capitalismo, a emancipação universal só é realizável através da completa superação do capital (MARX apud Nogueira, 1970, p. 114-115).

Segundo a autora, na União Européia esse período foi caracterizado como a feminização do trabalho assalariado, sobretudo nos setores de serviços, com uma representação da população ativa de mulheres em 1995 de 42,5%; porém essa inserção se dá nos espaços de trabalhos considerados precários, em tempo parcial e com faixas salariais desiguais.

Ainda, com os dados de Nogueira, constatamos que, mesmo nos países de capitalismo avançado, as clivagens, entre gênero, condições de trabalho e de salário permanecem:

*[...] pesquisas referentes ao ano de 1995, publicadas em 1999, indicam a Dinamarca (11,9%) e a Suécia (13,0%), entre os países com pequena diferença salarial, já a Espanha (26%), Reino Unido (26,3%), Portugal (28,3%), Países Baixos (29,4%) e Grécia (32%) encontram-se entre aqueles com níveis de diferenciação bem mais acentuados (2004, p. 2).*

Com relação à América Latina, a autora verifica que esse processo de feminização do trabalho também ocorre. Todavia, com algumas das singularidades impressas por um capitalismo tardio e dependente. Entre essas, fato do crescimento do trabalho feminino, mas com uma ascensão maior do trabalho masculino, também no que significa as condições de trabalho precário. Assim, na Colômbia a força de trabalho masculina, entre 1990 a 1997, cai de 58,9% para 51,9%, enquanto, no mesmo período, a força de trabalho feminino cresce, de 41,4% para 48,1%; no Uruguai, entre 1986 a 1997, a força de trabalho masculina decresce de 60% para 55%, e a força de trabalho feminino também cresce de 40% para 45%, ainda confirmando a predominância masculina.

Apesar da maior participação feminina, as questões salariais têm desigualdades bem significativas de homens para mulheres, bem como a precarização de trabalho bastante acentuada, ao compararmos a condição de gênero : na Bolívia, em 1997, num universo de 118.513 trabalhadores em regime de trabalho parcial, 69.787 eram mulheres e 48.726 de homens; no caso do Chile, de 495.152 trabalhadores em regime de trabalho parcial, 313.511 eram mulheres e 181.641 eram homens.

No Brasil, a situação não difere; recentemente também experimentamos a feminização do trabalho. De 81 a 98 a População Economicamente Ativa Feminina

(PEA), teve um crescimento constantemente, chegando a alcançar 111,5%, de aumento em relação ao trabalho masculino, onde as mulheres em relação aos trabalhadores têm um aumento de 31,3%, em 1981, e 40%, em 1998. Para os homens esse resultado é contrário: existe uma redução, de 68,7%, em 1981, para 59,3% em 1998. Em relação às questões salariais, o nosso país não foge às regras gerais, e em termos de precarização e regime de tempo parcial, como discorre Nogueira (2002), afirma que, *quanto menor é o tempo de trabalho, maior a presença feminina*, a exemplo: numa jornada de trabalho de 40 a 44 horas semanais, temos 7.760.331 de mulheres, enquanto os homens, com essa mesma jornada de trabalho, são o dobro, ou seja, 14.882.407. E a tendência vai nesse sentido: aumentando as horas de trabalho, a significação masculina, conseqüentemente, aumenta, chegando mesmo a triplicar.

Por outro lado, nas jornadas de até 14 horas semanais, temos 3.414.902 de mulheres trabalhando, enquanto são 1.001.156 de homens; já nas jornadas de 15 a 39 horas de trabalho semanais, temos 9.620.116 de mulheres, para 6.546.326 de homens trabalhadores. Além de confirmar as mulheres nos trabalhos de regime parcial, a nível mundial, o estudo de Nogueira aponta o interesse do capital nessa situação, *“além de reduzir ao limite o salário feminino, ele também necessita do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, o que é imprescindível para o seu processo de valorização/acumulação”* (20004, p. 5), ou seja, para isso, a continua reprodução da força de trabalho.

Com base no quadro apresentado, queremos lembrar que, se para os países de capital desenvolvido, o trabalho em tempo parcial é considerado precário, no Brasil, além do trabalho em regime de tempo parcial já estabelecido em muitas ocupações, como nos mostra Nogueira, mesmo no trabalho de tempo integral, muitas das ocupações femininas, experimentam relações e condições de trabalho são excessivamente precárias.

Nas palavras de Hirata, na divisão sexual do trabalho e de relação flexível, deve-se considerar ainda que:

*[...] as formas de utilização da força de trabalho feminina, considerando o estado civil, a idade e a qualificação, variam consideravelmente segundo cada país. “Diferenças significativas*

*existem também nas práticas discriminatórias, que parecem estar diretamente relacionadas com a evolução das relações sociais dos sexos no conjunto da sociedade considerada”.(Apud ANTUNES, 2000, p.107).*

Para analisarmos a expansão do trabalho da mulher no espaço produtivo, e também avaliarmos essa situação em sua concretude, verificamos por meio da pesquisa do DIEESE (2000, p. 1-7), que essa incorporação da mulher no mundo do trabalho não decorre somente das novas reconfigurações de trabalho, mas também pela luta por sua emancipação e pela igualdade por direitos.

Assim, as informações, contribuem para compreensão de como a mulher se insere no mundo do trabalho. A pesquisa do DIEESE demonstra que 41% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira correspondem a 31 milhões de mulheres trabalhadoras, em março de 1998 (ANEXO, tabela 1), representando ainda ¼ das famílias chefiadas por elas (tabela 4). Os mesmos dados indicam ainda que essas mulheres têm maior nível de instrução que os homens, mas ocupam, percentualmente, os postos de trabalhos mais vulneráveis (tabela 2). Nas regiões metropolitanas brasileiras, a pesquisa aponta que, aproximadamente, metade das mulheres participa do mercado de trabalho (tabela 7), e mesmo assim, com relação à renda, as mulheres continuam em pior situação em todas as regiões (tabela 9). Isto significa, um rendimento médio anual 70% menor do que os rendimentos recebidos pelos homens. E por fim, mostra que a situação da força de trabalho feminino é bastante elevada quanto à precarização em todas as regiões (tabela 10).

Ainda para situar como é o lugar dessas mulheres no mercado de trabalho, a realidade apresentada e o farto estudo com relação a isto, demonstra uma trabalhadora com espaços de trabalho com grande vulnerabilidade em relação ao espaço masculino. Como confirma Bruschini et alli, o percentual para as mulheres é de 34%, enquanto para os homens esse percentual se aplica em 9% de ocupação em risco (2002, p. 1).

Acrescentando as informações quanto à mulher trabalhadora, as ocupações femininas mais precárias e desfavorecidas são: as trabalhadoras domésticas, onde 75% não possuem carteira assinada, e 94% ganham até dois salários mínimos. Esse

percentual varia a depender da região do Brasil. Nas regiões Sudeste e Sul, 68% não possuem carteira de trabalho; no Norte é bem maior, pois atinge 90%; no Nordeste, 88%, e no Centro-Oeste, 80%. Outros espaços de maior fragilidade do trabalho da mulher em comparação com a dos homens, se apresentam em atividades desenvolvidas em lojas, escritórios e oficinas. São 60% de mulheres dos que ocupavam essas atividades, sendo (9,5%) no próprio domicílio (9,5%) e (20%) no domicílio do patrão, percentagens bem maiores que as verificadas para homens.

Cabe lembrar que no caso de trabalho a domicílio, a grande parte das mulheres são autônomas (75% em 2002); no caso de domicílio do patrão, esse percentual é bem maior, pois compõem aí as trabalhadoras domésticas (mais de 96% de mulheres trabalham nessa ocupação). Portanto, esse lugar dito “privilegiado” por um significativo contingente de mulheres no mercado de trabalho, permeia as atividades informais, não remuneradas e o do trabalho doméstico.

*Considerar o trabalho doméstico e assalariado, remunerado e não remunerado, formal e informal, como sendo modalidades de trabalho, implica um alargamento do conceito de trabalho e a afirmação da sua centralidade. Se o emprego assalariado retrai-se, a atividade real do trabalho continua a ter um lugar estratégico nas sociedades contemporâneas (HIRATA, apud ANTUNES, 2000, p.109).*

Contribuindo para o entendimento da evolução do mercado de trabalho feminino e, em especial, sua ocupação no mercado de trabalho formal, apresentamos aqui, segundo Bruschini et alli os tipos de ocupações mais desenvolvidas pela trabalhadora e trabalhador no Brasil, podendo-se observar qual é esse lugar da mulher, e como se aloca, predominantemente, nas ocupações caracterizadas como femininas, quais sejam:

1. A distribuição dos empregos segundo os Grandes Grupos de Ocupações e sexo indica que cerca de 1/3 dos empregos para mulheres concentram-se em funções administrativas, outros 19% na prestação de serviços de turismo, limpeza, higiene e beleza e outros 17% em funções técnicas, científicas e artísticas como, por exemplo, professores, escritores e jornalistas, juristas, artistas, etc. Dos empregos para homens, por sua vez, 21% são oferecidos em funções de produção na indústria de transformação, na construção civil etc, 17% em trabalhos administrativos, 15% em ocupações do turismo e da segurança;
2. A parcela feminina nos empregos segundo os mesmos grandes grupos é bastante importante no Grande Grupo 1 em que cerca de  $\frac{3}{4}$  dos empregos são femininos. Lembre-se que ali estão classificados, entre outros profissionais, os professores, continente

*majoritariamente composto por mulheres. As mulheres ocupam mais da metade dos empregos, também, entre os trabalhadores em serviços administrativos (Grande Grupo 3);*

*3. A segregação ocupacional feminina pode ser observada de forma mais detalhada, através das famílias ocupacionais (código da CBO Classificação Brasileira de Ocupações a três dígitos) Entre as funções com 50% ou mais de mulheres, estão, entre outras, o magistério pré-escolar, fundamental e médio, as nutricionistas e assistentes sociais, as recepcionistas, cabeleireiras, as auxiliares de enfermagem e as enfermeiras de nível superior, as farmacêuticas, as coreógrafas e bailarinas, as cozinheiras, as dentistas, as agentes de viagem e guias de turismo, as auxiliares de escritório, as arquivistas e datilógrafas, as trabalhadoras na indústria de calçados (2002, p. 1).*

O crescimento da força de trabalho feminino integra o processo emancipatório de uma relação de classe, pois é sabido que o universo do mundo produtivo se caracteriza de forma desigual, em que homens e mulheres são qualificados diferentemente para o mercado de trabalho. Essa assimetria é apropriada pelo sistema de produção capitalista em seu benefício. Fundamenta-se então, na tradicional divisão social e sexual do trabalho, pela qual, segundo Antunes (2000, p. 109), a precarização das condições de trabalho, salários, direitos sociais, dupla jornada e sobrecarga de trabalho, toda essa situação se pérpertua numa visão apreendida *pela* dimensão de gênero. Na sua avaliação, o autor aparta que a conquista das mulheres frente às desigualdades impostas pela cultura patriarcal é uma realidade da luta feminista para *a real omnilateral emancipação do gênero humano*, em que homens e mulheres devem somar-se, em função de uma sociedade solidária, justa e igual.

*Como mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, elas cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, “na hipótese mais generosa”, substituir as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis do capital (ANTUNES, 2000, p.114).*

Nesse contexto social, econômico e de feminização do trabalho, de busca de direitos iguais, que alterou a sociedade capitalista, no século XX e segue transformando os dias atuais, se reorganiza e se reestrutura, introduzindo novas características no mundo do trabalho; mudanças como a expansão dos assalariados médios e o setor de serviços, proveniente do desemprego estrutural, ampliando

assim, o chamado trabalho informal e o crescimento vertiginoso do exército industrial de reserva , nos quais, cabem hoje um mundo de trabalho com mulheres e homens.

No Brasil, como em todos os países que vivem a consagração das políticas neoliberais que rompem com a cultura capitalista da acumulação fordista do emprego assalariado e do Estado de Bem-Estar Social, - este novo contexto gera a dispensa do trabalho humano e o aumento do exército industrial de reserva. Promove também, processos de trabalhos flexíveis e subjugação de trabalhadoras a trabalhadores, intensificando, ainda mais, a desigualdade de gênero na relação de trabalho, como também – parte do nosso objeto de estudo – o aumento expressivo do trabalho informal em nosso país.

*A produção capitalista não é só reprodução da relação; é sua reprodução numa escala sempre crescente, e, na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também frente ao trabalhador a riqueza acumulada, como riqueza que o domina, como capital (...) e na mesma proporção se desenvolve por oposição sua pobreza, indigência e sujeição subjetiva (MARX, apud IAMAMOTO, 1983, p. 63).*

O modelo de produção capitalista, como se sabe, articula-se na relação capital-trabalho, processo metabólico que se expande em função de suas novas formas de ser, em consonância com sua lógica de acumulação da riqueza, as quais se alinham no contexto atual com uma *desregulamentação de trabalho e uma redefinição do papel do Estado na esfera social*, nos países que se adequam a esse sistema.

Nesse sentido, o Estado tem se mostrado totalmente adaptado a essa política de minimizar suas ações frente às questões sociais. Isto é, concede permissão irrestrita à flexibilização do mercado, aumentando o desemprego, desestruturando as instituições públicas, apontando sempre numa linha política de proteção social focalizada e assistencialista e abandonado a lógica da universalização do direito e proteção social.

O trabalho informal, em qualquer organização social, sempre foi - e continua sendo - uma forma de trabalho expressiva, mesmo sendo o trabalho formal, ainda que precário, simbolicamente prevalecente. Segundo Cacciamali, o setor formal representa as *atividades organizadas de forma tipicamente capitalista*; por sua vez o

setor informal *indica as atividades econômicas que fogem da regulação do Estado, seja ela tributária, trabalhista ou de outro tipo* (1990, p. 121). Nos anos 70, a Organização Internacional do Trabalho – OIT - realizou estudos (Quênia, 1972) denominados *Programa Mundial de Emprego*, no sentido de melhor compreender o desenvolvimento do modelo de produção, emprego e renda existente em todos os países desenvolvidos, pois, na época, havia uma heterogeneidade no mercado de trabalho, resultado de uma força de trabalho excedente não qualificada, oriunda de um êxodo rural, conhecido antes, por moderno e tradicional. Após essa avaliação das atividades econômicas, o diagnóstico desenvolvido pela OIT revela uma *tipologia alternativa, que se denominou setor formal/informal*.

Ainda no contexto dos estudos realizados pela OIT, o trabalho, assalariado ou não, apresentaria como características principais:

#### **Formal**

- *Defronta-se com barreiras à entrada;*
- *Depende de recursos externos;*
- *A propriedade do empreendimento é impessoal;*
- *Opera em larga escala;*
- *Utiliza processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia é importada;*
- *A mão-de-obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal;*
- *Atua em mercados protegidos através de tarifas, quotas, etc.*

#### **Informal**

- *Há facilidade de entrada;*
- *O aporte de recursos é de origem doméstica;*
- *A propriedade de empreendimento é individual ou familiar;*
- *Opera em pequena escala;*
- *Os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada;*
- *A mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal;*
- *Atua em mercado competitivo e não regulados* (CACCIMALI, 1990, p.123).

O trabalho, entendido como trabalho informal - expressão criada pela OIT - num contexto já globalizado, segundo Theodoro, surge *como um novo instrumento explicativo para um velho fenômeno: a existência de atividades econômicas de baixa produtividade* que estão fora da regulamentação estatal (2000, p. 7). Tanto a OIT como outros organismos internacionais (Banco Mundial, BID), promovem vários estudos no interesse de entender, os trabalhos moderno e tradicional – formal e

informal, ou seja, as formas e meios de produção existentes nas sociedades. Segundo Theodoro, tais esforços fazem parte do entendimento institucional sobre o setor informal para subsidiar os programas de apoio à pobreza, desenvolvido pelo Estado com políticas mínimas e fragmentadas.

As referidas políticas têm como propósito dar apoio ao setor informal ou subemprego, numa perspectiva de abrir espaço para a ação estatal, visando aliviar os países em subdesenvolvimento dependentes e subordinados aos países centrais, das pressões promovidas pôr uma visível população crescente e marginalizada, que necessitava de algum subterfúgio para abafar os conflitos, no momento de franca expansão industrial (os projetos desenvolvimentistas). Ainda, segundo Theodoro, eram transformações vividas pelas nações em via de desenvolvimento. A crescente exclusão social e o inchamento do setor informal, ao entender do Estado e da política vigente, desapareceriam como uma anomalia fugaz.

*Na América Latina, a década de 70 assistirá a progressiva substituição da idéia de marginalidade por aquela de setor informal, como referência conceitual. Tal processo significou também e principalmente a passagem da análise teórica social ao voluntarismo econômico do estado (MIRAS, apud THEODORO, 2000, p. 10).*

No Brasil, na década de 70, segundo os estudos de Theodoro, o projeto desenvolvimentista estava ainda em evidência, como também as atividades da informalidade. Portanto, os programas governamentais, na época, eram para o setor informal, políticas compensatórias para uma “anomalia passageira”. Porém, as instituições de governo não tinham a dimensão da reprodução do setor informal na sua sociedade e mantinham a ilusão de que esse mal poderia ser combatido pelo mote do Estado.

Os *Anos de Chumbo*, vividos por este país, deixaram as suas marcas pela implementação de uma política baseada em grandes endividamentos externos, gerando índice alto de desemprego e conseqüentemente uma ampliação do setor informal. Para Theodoro, o que se apresenta nos anos 80, pós regime militar, é um discurso de Estado em processo de redemocratização que explicita a *necessidade de respostas ao desemprego, ao subemprego e aos baixos níveis de renda e o resgate de cidadania*, pelas profundas desigualdades sociais encontradas. A cidadania social, na segunda metade dos anos 80, é o mote do governo civil, pós-

regime militar, que será resgatada, à luz de uma enxurrada de programas de apoio, *instrumentos do tradicional clientelismo político* (THEODORO, 2000, p. 14), aos excluídos do trabalho formal, que vêm de uma política determinada por uma dependência internacional.

Assim, esbarramos com o discurso da política neoliberal, pela qual o Estado se minimiza, e no decorrer dos anos 80 e 90, ocorre a reorganização produtiva do setor formal e as decorrentes demissões em massa. Seguindo com o governo Collor, FHC e Lula, o aumento dessas políticas como programas de apoio vão simultaneamente ganhando forças com as Organizações Não Governamentais – ONGs/ terceiro setor – este, entendimento por Antunes como composto de formas de trabalho e assistencial, que se expandem numa fase de desmoronamento do Estado do Bem-Estar Social, suprimindo parte das atividades que eram anteriormente realizadas pelo Estado - sucateando cada vez mais o Estado, e provocando, conseqüentemente, o aumento das atividades informais.

*A redefinição da política social é assim defendida como condição da conciliação entre eficácia e equidade. Tal pressuposto se apóia na teorização apresentada pelos órgãos internacionais, quando colocam o ajuste estrutural como único meio de assegurar uma proteção social para os grupos vulneráveis, desde que o realismo dos preços dos serviços públicos seja respeitado para permitir a liberação dos recursos necessários para financiar políticas direcionadas para os mais providos (PEREIRA, 1994, p. 13-14).*

Nessa perspectiva, percebe-se um aumento do mercado de trabalho informal – segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PENAD/IBGE, realizada em 1992 – 1997, mostrando trabalhadores/as informais, com um aumento de 25,73% a 26,91- num Brasil com problemas econômicos, sociais crescentes, pela ruptura cada vez maior do contrato formal de trabalho, e é nesse espaço de trabalho que se incluem as mulheres trabalhadoras, o objeto de nosso estudo.

## CAPÍTULO II – A MULHER NO MERCADO INFORMAL DE SALVADOR

### 1 O Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador

*Apesar dos importantes avanços verificados nas últimas três décadas na América Latina, ainda persistem sérios obstáculos à inserção das mulheres no mercado de trabalho em igualdade de condições em relação aos homens. Em contextos de ajuste, reestruturação produtiva e transformações nos paradigmas tecnológicos e produtivos, nos quais algumas das tradicionais barreiras à entrada das mulheres no mercado de trabalho ou de determinadas funções e ocupações desaparecem ou se desvanecem, alguns destes obstáculos diminuem, mas outros se reproduzem ou inclusive aumentam (ABRAMO, 2002, p. 79).*

Novamente nos reportamos ao novo padrão de acumulação flexível, com a sua reestruturação produtiva, que demonstra o que vem ocorrendo no mundo do trabalho: uma desregulamentação do trabalho, em função de uma política neoliberal, não só a nível mundial, mas brasileiro e também nos seus estados federados.

Assim, no que tange ao trabalho formal – que durante os famosos “trinta anos gloriosos” prevaleceu somente nos países centrais e de forma plena – no Brasil, esse modelo nunca se firmou em sua plenitude, sobretudo em face das mudanças da reestruturação produtiva para a manutenção de uma acumulação permanente, e que corresponde a uma lógica básica do modelo capitalista, principal responsável pelo desemprego em massa, visível nas principais capitais do país, ou seja, formador do exército de reserva industrial – lei da acumulação do capital. Nos últimos anos, a acentuação do processo provoca um desassalariamento jamais visto antes.

Para enfrentarmos o nosso objetivo principal, - a discussão da mulher no mercado de trabalho informal, - faz-se necessário apresentarmos um panorama de como evolui o desemprego feminino nas regiões metropolitanas, e mais precisamente na região de Salvador. As pesquisas nos falam que o desemprego em curso, decorrente da acumulação flexível, favorece as mulheres na inserção no mercado de trabalho. Todavia, a pesquisadora Lavinias (2000, p. 139), comenta que esse fato ocorre num cenário de instabilidade e total falta de proteção do Estado.

Servindo-nos da pesquisa da referida autora, e para avaliarmos o significado do trabalho feminino ampliado, em plena crise do trabalho formal, como também, o locus desse trabalho, apresentaremos as características do desemprego feminino nas áreas metropolitanas brasileiras, no período dos anos 90, usando o trecho integral, onde a mesma reflete e explica suas conclusões, à luz de uma política pautada na precariedade e desigualdade entre os sexos no mercado de trabalho:

- taxa de desemprego feminino em elevação no final da década, quando passaram a sobrepujar as masculinas;
- componente sazonal do desemprego feminino bem mais acentuado do que para os homens;
- taxa de desemprego correlacionada positivamente com a taxa de atividade feminina, que continua aumentando sistematicamente e, portanto, deve continuar pressionando o desemprego;
- a taxa de desemprego feminino parece aumentar mais recentemente também em decorrência da disputa crescente entre os sexos por postos de trabalho no setor de Serviços. Logo, o desemprego feminino é reflexo simultaneamente de maiores oportunidades de emprego para homens em setores tradicionalmente favoráveis às mulheres e da pressão da crescente taxa de atividade feminina;
- taxas de desemprego feminino mais elevadas no comércio e na indústria, mas aumentando mais rapidamente no setor de serviços (passa de 3% em janeiro de 91 a 4,8% no final de 97), que foi tradicionalmente um dos setores mais abertos ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho e à geração de emprego *tout court*;
- o desemprego afeta sobremaneira as mulheres com nível de instrução intermediário (1º grau completo e 2º grau), cujas taxas praticamente dobram em relação às altamente escolarizadas (superior) e àquelas sem nenhum nível de escolaridade formal. Assim, estão mais protegidas de um patamar mais elevado de desemprego as mulheres nas pontas do ensino, isto é, as mais e as menos escolarizadas;
- o grupo feminino mais poupado pelo desemprego ao longo da década constitui-se das mulheres com nível superior, embora estejam se tornando de 1996 para cá mais vulneráveis (LAVINAS, 2000, p. 139).

Essas conclusões se apresentam com um caráter de muita complexidade, pois, para entender a dinâmica do processo de trabalho, do desemprego, das ocupações e dos setores produtivos, ou seja, ramos de atividades, de suas características e como se desenvolve a política que o capital adota para o aumento ou não dessa ocupação feminina nos espaços de produção, será preciso a apreensão dos fatores imbricados na determinação da política econômica do país.

A inserção da mulher no mercado de trabalho vai se equacionar com a combinação entre o crescimento do produto interno bruto e a economia favorável aos desejos do capital externo. Para Lavinias, existe oscilação no emprego por sexo, segundo o PIB; mas, em sua pesquisa, demonstra que existe maior vulnerabilidade às mudanças econômicas, para as mulheres; à sazonalidade – assim definida quando mulheres são mais empregadas em determinados períodos do ano – o que depende do setor em ascensão; dos guetos considerados masculinos no trabalho produtivo e vice-versa. Assim, o desemprego e o emprego feminino podem ser compreendidos por essa dinâmica, estando também nela inserido o grau de escolaridade, confirmado pela pesquisa, pelo qual a escolaridade superior expõe menos às mulheres ao desemprego. Por outro lado, os grupos menos escolarizados, são os detentores dos maiores índices de desemprego, sobretudo para as mulheres com instruções intermediárias.

As mudanças que ocorrem no mercado de trabalho nas áreas metropolitanas do Brasil, relativamente à força de trabalho feminina, também se configuram numa política de profundas transformações no mundo do trabalho, retratadas pela crise da acumulação do modelo de produção, baseada no padrão fordista dos anos 90, e que resultou em rupturas no âmago do processo de trabalho, em sua forma de organização e relação de trabalho, ainda que se constate uma participação maior da mulher no mercado de trabalho, mantendo, contudo, a permanência das desigualdades.

Portanto, a partir desse breve panorama da situação de trabalho nas RMS do país, é que iniciaremos, num primeiro momento, a discussão do trabalho na Região Metropolitana de Salvador, e no segundo momento, adentraremos no já referido objeto específico desse estudo.

A Região Metropolitana de Salvador, segundo Borges e Guimarães, nos meados dos anos 90, apresenta-se com a incidência de maior desemprego de todas as regiões metropolitanas do país, dados mensais da pesquisa de Emprego/IBGE, indicam que a Região Metropolitana de Salvador, tendo atraído os investimentos do Pólo Petroquímico, ainda assim passou a disputar com a região de Recife (cuja economia é bem menos dinâmica) a maior taxa de desemprego aberto dentre as regiões pesquisadas, mantendo essa posição desde de 1994 (BORGES, GUIMARÃES, 2000, 113) segundo estudos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD. Este quadro permanece até os dias atuais. Para as autoras, esse retrato se aplica não só pelo excedente de força de trabalho, próprio da sua estrutura de mercado de trabalho, como também de alguns fatores que pressionam, como:

*[...] atração de fluxos migratórios regionais, grandes números de jovens numa idade para o trabalho, aumento de expectativa de vida, que eleva o número de pessoas em idade ativa, e o aumento da imigração, contribuindo para a pressão sobre o mercado de trabalho da RMS (BORGES e GUIMARÃES, 2000, p. 113).*

É fato que também essa Região sofre as mazelas do capital frente à reestruturação produtiva, nesse período, em franca implementação, em toda parte do país, ocorrendo assim, nos setores econômicos já estabelecidos em Salvador, uma intensa redução de custo, conseqüentemente, maior desemprego, bem como a adoção da terceirização nos seus pólos de maior poder econômico, aumentando o mercado de trabalho nas atividades de baixa produtividade, conhecidas como informais. Para isso, Borges e Guimarães, demonstram, que, no período de 1992-97, entre as novas ocupações, apenas 36,9% assumiram formas de emprego protegido, tanto no setor público quanto no privado, resultando numa redução de 49% para 47,8% a proporção de pessoas nessa condição de trabalho, na RMS (2000, p. 115).

Nos anos 90, e em especial no ano de 1993, a ocupação feminina revela uma taxa de atividade no Brasil de 64% de trabalhadoras, numa faixa etária de 30 a 39 anos, e de 61% entre 40 a 49 anos (BRUSCHINI e LOMBARDI, apud BORGES e GUIMARÃES, 2000, p. 116). Para as autoras, a ocorrência do aumento de mulheres na produção se deve aos movimentos de conquista e também do perfil das modificações na família. Neste último sentido, há significativa incidência de casos de

mulheres, cujos filhos não constituírem mais obstáculo para a inserção dessas mulheres no trabalho produtivo, em razão desses já estarem crescidos. Quanto ao primeiro, não só por que já existe uma compreensão social frente à mulher emancipada, mas pela compreensão de liberdade econômica por parte dessas mulheres, ou seja, do seu papel enquanto força de trabalho.

Quanto à participação feminina no mercado de trabalho em Salvador, essa situação não difere das demais regiões do país, onde a atividade feminina, segundo os dados das PNADs de 1992 e 1997, revelam ganhos na taxa de atividade para todas as idades, exceto para crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, certamente influenciada pelos movimentos de erradicação do trabalho infantil.

Analisando essa ascensão feminina na Região Metropolitana, o destaque quanto às mudanças da participação no mercado de trabalho, mostra, que, não obstante venham ocorrendo, há permanência das desigualdades, e deve-se levar em consideração a escolaridade, pois, segundo Borges e Guimarães, tanto para as mulheres quanto para os homens, as taxas de atividades são maiores quanto maiores forem os anos de estudo, sendo que, para as mulheres, esse fenômeno da escolaridade tem significado maior na determinação da sua inserção no mercado de trabalho (2000, p. 120).

Assim, importantes por serem um marco, os estudos sobre o mercado de trabalho dos anos 90, demonstram que, devido às transformações ocorridas na relação capital e trabalho, um desemprego estrutural é desencadeado em razão da política de desregulamentação na forma de organizar o trabalho em todo o País, bem como na RMS, pois, entre 1992 e 1997, o número de carteiras assinadas decresce no âmbito do privado e do público. Tal fenômeno é marcante para as mulheres, que ficam com 24% do emprego formal gerados no período, segundo as PNADs.

Nesse sentido, para as mulheres, o aumento do emprego ocorre na área do “funcionalismo público” e os demais empregos ficam por conta da categorização de “outros empregos”, sendo que estes últimos são os que predominam, e também correspondem aos trabalhos precários. Dentre as várias ocupações para as mulheres na RMS, uma chama atenção, pois que tem o seu locus predominante

feminino: são 108 mil trabalhadoras, o que corresponde um percentual de 89,1%, do total na ocupação de empregadas domésticas (BORGES e GUIMARÃES, 2000, p. 130 ).

Nesse demonstrativo parcial de como se encontra o mercado de trabalho feminino na RMS, segundo a mesma pesquisa, o aumento expressivo dessa inserção feminina no espaço produtivo, se introduz num momento de mudanças profundas no mundo do trabalho, proporcionando assim uma ampliação contundente nas atividades informais, nos dias atuais identificando, Salvador como a capital do desemprego, conforme as pesquisas demonstram, ocasionando como conseqüência um aumento da pobreza e da exclusão social.

## 2. A Mulher e o trabalho informal: o caso das ambulantes de Salvador

A reflexão que norteia o presente trabalho, teve como base teórico-metodológica, para confirmação ou não da nossa hipótese, as novas formas na organização produtiva, que se metabolizam socialmente pela acumulação flexível, a partir dos anos 80 e 90. O que se confirmou foi um mundo de trabalho na sua contínua transformação, em favor do capital, e que novas relações produtivas se formam, mas que a relação trabalho e capital, em todas as suas facetas, se estrutura pelo antagonismo de classe, gênero e “raça”. Assim, a inferência foi de que, sem dúvida, temos uma ascensão da mulher no trabalho produtivo, mas em condições de trabalho ainda desfavoráveis em relação aos salários, sobrecarga de trabalho e precarização dos vínculos empregatícios; por fim, maior número de mulheres desempregadas, uma visível vulnerabilização na sociedade contemporânea.

Nessa direção vai a análise de Carvalho:

*Analisar o setor informal consiste em considerar que, no Brasil, o desenvolvimento do capital não foi fruto de um processo interno de amadurecimento da estrutura produtiva existente. Por conseqüência, setores econômicos tradicionais foram desarticulados ou reorientados para o uso do capital. Esse processo de desarticulação e reorientação de atividades econômicas tradicionais liberou parcelas significativas de trabalhadores não incorporados ao núcleo dinâmico da economia, tendo em vista que o desenvolvimento do capitalismo se estruturou com uma tecnologia moderna, sofisticada e poupadora*

*de mão-de-obra. Como consequência, a absorção da força de trabalho diminuta, gerando a universalização do trabalho assalariado e a criação de um excedente (1989, p. 22).*

A estrutura capitalista, bem avaliada, por Valéria Landim de Carvalho, se desenvolve num contexto industrial moderno e sofisticado: todavia, não consegue absorver os trabalhadores na forma do assalariamento, e desde então, existe uma maior contingente de força de trabalho excedente, que, sempre foi necessário e representativo para a manutenção do capitalismo e do registro da sua lei de acumulação – o exército de reserva industrial – está em ascensão **agudizada**.

A consequência da manutenção de uma regulação do capital conforme suas crises – que são cíclicas - e muito recentemente se reproduziu por meio da reestruturação reprodutiva a partir dos anos 90, torna o trabalho informal mais intenso. Em Salvador, tal dinâmica, por um lado, ocasionou o aumento das riquezas de forma concentrada; por outro, uma exclusão social jamais vista. A acumulação flexível que lidera a precarização do trabalho pela terceirização, provocando o aumento visível da informalidade.

Essa reflexão sobre o trabalho informal e especialmente da participação da mulher nele é algo que deve ser pertinente no presente, sobretudo em área de saber como a Sociologia do Trabalho, na medida em que busca a compreensão da realidade, diante das mudanças na forma e nas relações de trabalho que se recriam. Nesta etapa, o presente capítulo, tem como objetivo sustentar a nossa hipótese, com base em outras pesquisas, a exemplo da pesquisa realizada por Braga (2005), a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, dos anos de 1987-1989 e 1996-1999, que analisando a força de trabalho e o rendimento do trabalho a partir de dados domiciliares na RMS verifica as condições do mercado de trabalho nacional e regionalmente apresentado, como um processo crescente de exclusão social, propagado no bojo da política neoliberal dos anos oitenta e noventa, implementado por uma revitalização do modelo de acumulação do capital.

A pesquisa, fruto de convênio entre várias instituições (SEI-SETRAS-DIEESE-SEADE-UFBA), demonstra que o quadro do emprego-desemprego consolida um trabalho formal-informal; discute as razões da falta do pleno emprego, porquanto

tenha sido este a base do pensamento social-democrata do desenvolvimento do capital também em nosso país; a falta do trabalho assalariado e com a proteção do Estado; além disso analisa qual a consequência que essa desregulamentação traz ao trabalho em sua contemporaneidade, e, sobretudo, qual a composição do perfil trabalhador/a do trabalho informal.

A informalidade em Salvador, para Braga (2005), é uma atividade *de estratégia de sobrevivência da população metropolitana de Salvador*, e a situação da desocupação nessa Região é marcante, diante da imobilidade dos trabalhadores/as no trabalho formal, que se consolida dessa forma, devido à crise econômica estabelecida nos anos 90 e ao processo de reestruturação produtiva. Para confirmar a sua tese, apresenta a existência de uma desocupação total em torno de  $\frac{1}{4}$  da PEA, que, nesse contexto refugia-se na atividade informal, ao mesmo tempo, em que procura trabalho. Nessa pesquisa, o perfil do trabalhador informal se apresentou da seguinte forma: homem (59%), de cor negra (83%), com idade superior a 25 anos (79%), chefe de família (49,7%) e não migrante (96,5%), sendo que a participação feminina na pesquisa é apontada como categoria crescente. Mostra que esse trabalho é construído no veio de uma situação rígida de desemprego, ou seja, a redução de custo pelo modelo de regulação dominante e a vulnerabilidade do trabalho contemporâneo.

Através do estudo realizado por Durães, denominado Trabalho Informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XX, também há confirmações à hipótese do nosso trabalho, agregando valiosas contribuições, como, por exemplo: do universo estudado (2002), 58,5% são homens, e, visto como participação expressiva, 41,5% de mulheres; quanto à idade, esses/as trabalhadores/as, estão entre 25 a 39 anos; uma parcela desses/as trabalhadores/as é oriunda do trabalho formal; e que são trabalhadores/as que migram do interior da Bahia: com uma escolaridade baixa, sendo que 43% têm o 1º grau incompleto e 15% têm o curso superior completo. São trabalhadores/as com uma performance de criatividade intensa para driblar o cotidiano, pois o diferencial vai lhe permitir uma demonstração de permanência, afinidade e habilidade para atender o consumo de quem os/as sustenta, consumidor/a, e também a consonância com os ditames da produção capitalista (2002, p. 301-303).

A informalidade; o trabalho por conta própria; o ambulante, ou seja, o realizado na rua pelos/as vendedores/as, porta à porta, (Silva e Barbosa, 2004, p.10) são terminologias de atividades que requerem o entendimento da dualidade do formal/informal, pois sua existência e sobrevivência estão imbricadas na determinação, desenvolvimento, velocidade e expansão da produção capitalista, para melhor compreender e explicar essa realidade, Carvalho coloca: *como conseqüência, são atividades que se situam no limite mínimo de reprodução da força de trabalho. Amenizam a pobreza sem eliminá-la e atenuam as conseqüências do mercado de trabalho, porém não modificam sua dinâmica* (1989, p. 24). As/os excedentes (ER) têm na informalidade o seu labor, estruturando-se para sua existência, como forma alternativa – resistência humana.

Essa é uma discussão que não se pode desconsiderar: o lado perverso e precário em que vive a/o trabalhadora/or informal por ser considerado “independente”, quando, na maioria das vezes, a realidade é ocultada, pois, quando se vive numa sociedade de produção capitalista, não se pode dizer que o trabalho por conta própria se resguarde dos mecanismos da exploração – é um capital que subjuga a classe trabalhadora do formal pelo excedente (ER); é o excedente que se encontra na zona da vulnerabilidade ou considerado marginal, pois está à margem da regulação de um Estado, que, ao mesmo tempo, contraditoriamente, assume uma postura de sustentação e legitimação desse sistema de exploração, ao pressionar e controlar os espaços urbanos que lhe são ordenados – é um excedente próprio desse modelo de produção e a sua existência é também estrutural.

Enfim, a mulher no mercado de trabalho informal constitui uma forma de driblar o desemprego no contexto da reestruturação produtiva e das relações sociais, e esta é a reflexão central para confirmação da nossa hipótese sobre o trabalho dessas mulheres.

Antes de adentrar nesse mercado aberto, e para quem vive o desemprego, aqui, em específico, através do trabalho das ambulantes nas ruas de Salvador, faz-se necessário lembrar que vivemos numa sociedade organizada pela acumulação capitalista e ainda de poder patriarcal. Por outro lado, o lugar de trabalho para a

mulher, não depende apenas do mercado que se abre por suas habilidades e às suas necessidades reais dos novos tempos, havendo uma situação singular nesse contexto, por não somente se pensar na sua realização.

Nesse cotidiano, marcado por traços culturais, a decisão da mulher por seu ingresso e permanência no trabalho passa pela família, filhos, cônjuge, resta indagar se o seu papel nessa instituição, é de provedora ou de auxiliar no orçamento doméstico. Pensar a mulher no trabalho produtivo formal e informal, ainda que, o tradicionalmente, necessário no âmbito do doméstico, prova que esse questionamento não foi superado, pois as atribuições e responsabilidades de manter a reprodução da força de trabalho ainda são das mulheres.

*A divisão social e técnica do trabalho é duplicada em uma hierarquia clara do ponto de vista de relações sexuais de poder. A divisão sexual do trabalho é indissociável das relações sociais do sexo (gênero), que são relações de desigualdade, hierarquia, assimetria e antagonismo (HIRATA apud GUIMARÃES, 2004 p. 396).*

### 3 Mulher, mercado informal e as múltiplas adversidades

Calcada no objetivo do presente trabalho – analisar a situação da mulher no mercado de trabalho informal de Salvador e seus desafios – buscou-se compreender essa realidade e suas múltiplas adversidades. Para isto analisou-se, por um via qualitativa, os diálogos das mulheres ambulantes de Salvador, localizadas no centro da cidade, em específico nos ordenamentos que ficam paralelos à Avenida Sete de Setembro, que incluem: rua Nova de São Bento; Rua Aristides Milton; Relógio de São Pedro; Rua do Rosário; Joana Angélica; Rua do Cabeça; 21 de Abril; Rua Quebranças e Beco do SEBRAE.

Percorremos a Avenida Sete de Setembro, ponto central do comércio de Salvador, momento em que nos foi informado, pelas ambulantes, que a prefeitura – nos governos de Antônio Imbassay (1997-2004) – no intuito de conter e minimizar os conflitos do comércio da rua versus comércio de lojas, a partir de 1999, estabelece um espaço para que os ambulantes fiquem localizados em ruas paralelas (becos, não todos) à avenida principal, em uma cabal identificação da intervenção do Estado para a proteção do comércio formal, pois este intensificava os reclamos de

concorrência prejudicial e incômoda pela competição “desleal” em função de delatarem essa atividade como “marginal”. Certamente, tal adjetivação procede de esteriótipos tradicionais, de sorte que, conforme Cacciamali, para esse fenômeno, foram listadas as seguintes denominações: *subterrânea, submersa, oculta, escondida, invisível, informal, não registrada, não enumerada, não regulamentada, a dinheiro corrente, irregular, paralela, clandestina, não observada, não oficial, secundária, por debaixo do pano e negra* ( 1990, p. 130) .

Assim, hoje, essas ambulantes se encontram nesse espaço e são licenciadas, pagando uma contribuição de R\$140, 00, cuja documentação é chamada de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, que são parceladas em três ou quatro vezes por ano. São espaços urbanos que a prefeitura denomina de ordenados, pois as pessoas que ali trabalham são cadastradas, mantendo o pagamento em dia. Para isto, tem-se uma fiscalização constante, como também é necessário que a/o ambulante desse espaço tenha sua barraca de acordo com os padrões da prefeitura, quais sejam: não pode sair do espaço determinado, a lona deve ter o logotipo da prefeitura na parte da sua cobertura e na saia/borda da barraca.

Sob uma perspectiva de compreensão da realidade do trabalho feminino em Salvador e as múltiplas adversidades oriundas desse caráter de inserção mercadológica, é a partir dos diálogos colhidos que podemos identificar com maior concretude o significado histórico-capitalista dessa nova superação cíclica de reprodução da relação capital-trabalho.

Observe-se que, no primeiro depoimento, fica patente o papel da mulher; aqui não apenas como provedora da família, mas exercendo seu papel de forma eficaz, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho, no momento em que o filho encontra-se inserido no mercado de trabalho, agora não informal, mas compondo o quadro de atividades laborais ditas formais, porém evidenciado o seu caráter de classe, que, por sua vez, aponta como número do exército de reserva. Senão vejamos:

*“Sou ambulante, e trabalho na Rua do Cabeça, vendo bijuterias, são variadas, compro em casa que vende em grosso; compro os pacotes, aí sai mais barato. Faço minha reposição quando as peças*

*vão faltando. Aqui, tem umas 20 barracas, trabalham nove mulheres aqui. Tenho 47 anos, cor morena, separada, mãe de um filho de 23 anos. Meu filho estudou até a 8ª série, hoje, trabalha como segurança. Moro em Maçaranduba, Salvador. Sou da cidade de Amargosa; sai pequena de lá. Sou cristã, estudei até 5ª série, e sou estudante agora, estou repetindo o ano. Outro trabalho? Quando pequena, com nove anos, comecei a trabalhar de doméstica e só com 21 anos fui trabalhar de ambulante (Fala de trabalhadora ambulante A, 47 anos).*

Nesse novo depoimento, em específico, um dado correspondente ao padrão exigido pela “cultura da eterna juventude” (SARDENBERG, 2002, p. 51) fica patente, porquanto a ambulante entrevistada percebe, com notoriedade, que o padrão de beleza exigido no trabalho formal constitui um critério de prática de poder, no momento em que se elege o vigor estético – em particular, o corpo da mulher – como elemento que compõe a força de trabalho como mercadoria em sua dupla função.

*“Para conseguir um licenciamento você vai à prefeitura e tem que preencher documentos, falando do local onde você quer trabalhar. Eu, de 15 em 15 dias ia até a prefeitura, levei mais de dois anos para conseguir saber se estava apta a trabalhar neste local. A mercadoria que vendo, são mercadorias da época, como cadernos, sombrinha, e outros ... Eu compro do fabricante que passa vendendo, eles são de São Paulo ou do Paraguai. Faço R\$ 200,00 a R\$300,00 no mês; o negócio está bem feio, muita gente vendendo, pouca gente comprando. Eu gosto desse trabalho, sempre trabalhei em vendas nas lojas, fui vendedora, mas hoje, a barriga não pode mais ficar de fora, o corpo muda quando temos filho, eles não aceitam mais” (Fala de trabalhadora ambulante B, 41 anos).*

A visibilidade do deslocamento do poder marginal pela intervenção do Estado, mostra-se irrefutável na fala seguinte, posto que seu papel legitimador-coercitivo do capital é consubstanciado no momento em que interfere, regulando, seus espaços urbanos para a atividade informal, em um típico quadro conformado pela perspectiva do pensamento liberal.

*“Trabalho no Largo do Rosário. Tem muitas barracas; de mulher somos em três. Vendemos, eu e meu marido; vendemos acessórios para celular (capa, carregador, antenas, fone, caixa de celular), brinquedos, material eletrônico, ferramentas; renovamos o estoque de 15 em 15 dias. Esse material é de Feira de Santana ou do Paraguai, pagamos para pessoa que compra 10% de tudo. Além do DAM, pagamos o aluguel do depósito, a quem guarda a mercadoria e quem arma a barraca. Tenho uma queixa, são 15 anos de ambulante, antes trabalhava na rua; o negócio na rua é muito melhor, pois é lá que o povo passa direto, tudo lá é novidade, o movimento é 100%; perdemos muito vindo para cá. São as*

*mudanças dos “grandes”; eles é que podem; proíbem os lugares que a gente deve ficar” (Fala de trabalhadora ambulante C, 46 anos)*

A violência imprimida pelo capital, em todos os momentos de sua superação dialética das constantes crises cíclicas é notória em outra fala, denotando que essa violência é inerente ao modelo capitalista de produção. Note-se, porque oportuno, que a complexidade no universo feminino nos coloca frente à frente com a relação do produtivo e reprodutivo, discussão particular dentro do modo de produção capitalista; ou seja, a divisão sexual do trabalho faz desnudar a expropriação – mais valia absoluta – sem limites, através da força de trabalho feminina, sobretudo na informalidade que, além do limite regulatório do Estado em prol do capital, não lhes atende, de igual sorte, o diferencial de mulher, no que diz respeito a um sistema de proteção.

*“Tenho 55 anos, trabalhava na casa dos outros. Casei com 16 anos para sair de doméstica; aí fui para as ruas; primeiro fui lavadeira de ganho, depois fui para as ruas; vendia de tudo: milho, laranja, pipoca, lanche. Tenho nove anos como ambulante; moro na Gamboa. Tenho nove filhos, chego em casa 7:00hs da noite, vou dormir 9:00hs e acordo a meia noite. Tenho que fazer as coisas da casa e aprontar os lanches que vendo, é fazer a massa do enroladinho, deixar assentar, fazer o recheio do sanduíche, o assado no fogo; quando vejo já é hora de tá vindo para cá, umas 5:00hs da manhã. Quando chove a gente põe o nosso plástico; a lona a prefeitura arrancou, não quer. Para nós mulheres ir ao banheiro aqui é um problema, mas a gente acha. O que acho melhor do trabalho é que defendo o meu e o ganho é honesto; isso é importante.” (Fala de trabalhadora ambulante D, 55 anos).*

Entre as ambulantes que entrevistamos e observamos durante o trabalho, tentando confirmar as nossas suposições, as histórias que nos são apresentadas são de pessoas que sempre estiveram num estrato social mais pobre; e encontram no trabalho informal a sua identificação para saída do desemprego ou para sair do sujeição da empregada doméstica. Diante dessas duas condições, a primeira corresponde a um comércio de rua, onde essas mulheres estão ali defendendo uma remuneração de subsistência para si e sua família; e a segunda, uma iniciativa de sair do emprego doméstico, que tem um significado de liberdade; o que se deseja é uma revalorização enquanto ser humano, mesmo com as condições mais adversas e precárias, como ouvimos de suas falas, o que significa para elas um ganho honesto e libertário.

Quanto às questões colocadas para as relações de gênero no ambiente e para o trabalho, algumas características do trabalho ambulante feminino podem ser, desde já, percebidas a partir do contato com esse fenomenal mundo do trabalho. Primeiramente, na questão relativa à carga horária, que se inicia entre as seis e oito da manhã, levando-se aí em consideração o trajeto desde sua residência em subúrbios ou periferia da cidade, o que significa uma demanda de tempo pelo percurso maior. Em ato contínuo, a chegada ao local de trabalho, este se desdobra no acesso ao depósito para o transporte das mercadorias até o “espaço urbano ordenado” – que significa o local determinado pela Prefeitura para o exercício da atividade – e aí monta-se a dita barraca, para, a seguir, arrumar nela as mercadorias, sob a forma de exposição, o que, por si só já comprova um processo árduo e penoso.

Em uma segunda discussão, tomemos a via crucis correspondente às condições de trabalho que se mostram as mais precárias possíveis, em seus vários aspectos. No que toca ao ambiente de trabalho, este é ao ar livre, sem um banheiro ou qualquer possibilidade de higiene, sujeitas que estão a exposição de chuva e sol; e ainda assim devem estar, tangente à aparência, dispostas a atrair e atender bem os clientes. Quanto ao horário de almoço ou lanche, não existe hora certa, sujeitas a todo tipo de percalço, a exemplo do tempo para a refeição, que, diante do tipo de trabalho, não pode ser respeitado, em razão de ter de atender o cliente a qualquer momento.

Tem-se ainda como observado, em marca patente da discussão do capital concorrencial, que, em razão do aumento nas ruas de mais ambulantes no cotidiano é observado, uma espécie de solidariedade no conflito, pois, ao tempo em que algumas ambulantes se dizem prejudicadas pela concorrência de outras instaladas na área de proibição, ou seja, na avenida principal, há, entre elas, uma compreensão do risco maior em razão da fiscalização e apreensão da mercadoria.

Uma outra questão diz respeito a concorrência, competição, e, às vezes, nenhum rendimento, pela razão única de sujeição e obediência ao padrão fiscal exigido pelo Estado, quando dos ordenamentos do espaço de trabalho para elas. Acrescendo-se ainda os custos com a atividade, aqueles referentes aos ditos “intermediários”,

responsáveis pela montagem/desmonte, e aqueles que guardam a mercadoria em depósito para o retorno do dia seguinte.

Com o fim de jornada, é chegada a hora de voltar para casa, e lá são mantidas as desigualdades, pela tradicional divisão do trabalho doméstico. A esse segmento de trabalhadoras, observa-se uma maior sobrecarga de trabalho, isto devido aos valores morais de uma sociedade que se determina pela questão religiosa, cultural, econômica e ainda pelo poder patriarcal. Essa trajetória da mulher como responsável pela família, tem nas palavras de Ávila, uma realidade concreta:

*[...] O trabalho doméstico, base material de sustentação das necessidades cotidianas, é, nessa forma de organização social, inteiramente destituído de valor social. Essa concepção ainda é dominante nas instâncias de poder responsável pela produção de políticas públicas e de normas que regulam as relações sociais (2002, p. 37).*

Em nossas entrevistas com as ambulantes, constata-se que para elas é visível que, nos últimos anos, o impacto do grande desemprego atinge também a esse grupo que se encontra na sua maioria com 5 e até 15 anos no mercado de trabalho informal, aumentando assim a concorrência. Isto requerem um critério maior de empregabilidade, o que deu lugar a um curso oferecido para elas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, no intuito do aprendizado no trato com o cliente. Por ai já se percebe um outro lado da interferência do Estado, diante dos conflitos entre os ambulantes e o comércio lojista, mas, confirmando os mesmos interesses do mercado de Salvador, que, por conta do turismo, não quer suas ruas tomadas por ambulantes.

Fica evidente, a partir de todas as falas dessas mulheres, a total desproteção social que o trabalho informal lhes traz, face sua maior insegurança, sobretudo para aquelas que têm filhos, e também – repita-se – que o rendimento tem diminuído pelo aumento de ambulantes na rua, dificultando sobremaneira o pagamento da previdência social, situação que prova sobejamente que o trabalho informal expressa uma condição estrutural do modelo de produção capitalista, vale dizer, corresponde à necessária forma legitimadora da manutenção e reprodução do sistema da dinâmica capital versus trabalho, hoje em sua agudizada perversa forma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas as mudanças que o mundo, sofre com o processo de abertura do mercado, - face aos processos de privatizações, desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e modificação do processo de trabalho, configurando a nova ordem mundial, - provocaram o desemprego estrutural e um considerável aumento da pobreza e exclusão social. No Brasil, que experimentava tais fenômenos historicamente, seu processo de agudização é mais do que visível.

Nesse sentido, a tendência é que, na acumulação flexível, o crescimento do trabalho informal expresse um formato de trabalho, que, nessa sociedade contemporânea, não seja tido mais como submerso, marginal, oculto ou toda e qualquer denominação afim e existente e que seja delineada como setor informal, mesmo estando fora da regulação do Estado.

Dessa maneira, a informalidade, sobretudo em Salvador, tem um significado de construto de uma população que está à margem da proteção social e encontra nessa atividade um meio de subsistência, de dignidade humana, por serem pessoas que sempre viveram do trabalho, e mesmo numa condição em que ontem essa atividade era vista com preconceitos. As trabalhadoras que estão nessa atividade há mais tempo, que viveram na pele discriminação de um trabalho marginal, percebem que muitos nele se apóiam para garantia de suas vidas e de suas famílias. Na maioria das vezes, são elas trabalhadoras oriundas de um trabalho formal e com uma alta escolaridade, até de nível superior.

As transformações no mundo do trabalho têm, sim, produzido um novo lugar das mulheres nos setores formal e informal, sendo que tanto em um como no outro há uma marca de invisibilidade, no que diz respeito ao reconhecimento do trabalho da mulher.

Historicamente, sabemos da mulher na informalidade, pelo exercício de atividades de ganhadeiras, doceiras, lavadeiras; uma luta que é marcada pela História, nas diversas formas de Estado, - desde o colonial até a presente república, - e diferentes forma de organização social, resultantes do modelo de produção predominante. Se é verdade que a informalidade é tradução de um contexto geral, de um locus de trabalho precário, de outra forma não é que, para as mulheres, esse trabalho acentua a compreensão do labor, enquanto ato de expropriação do modelo capitalista de produção, comprovado pela desigualdade nas relações de gênero e pela falta de proteção social, conforme constatação na vida da classe trabalhadora neste país, de expressiva vulnerabilidade.

Portanto, merece maior aprofundamento o conhecer da mulher trabalhadeira da informalidade e as nuances em torno das relações de gênero. Nosso estudo, não teve esse merecido tempo para uma pesquisa que adentrasse nessa realidade da relação produção e reprodução, do tempo por elas dedicado ao trabalho, o significado de proteção estatal, o que essa sobrecarga de trabalho pode estar acumulando para o corpo físico e psíquico, bem como realizar um quadro comparativo entre o trabalho formal e informal, no sentido de melhor entender esta instabilidade e as desigualdades de tempo, salário, condições de trabalho, saúde, classe, gênero e raça.

Ainda assim, entendemos que nossa hipótese foi confirmada, diante dos dados coletados e analisados, relativos às condições precárias do ambiente de trabalho, do acúmulo do trabalho informal e do doméstico, que proporcionam uma sobrecarga, resultante em um desgaste na saúde dessa trabalhadora ambulante. Os dados empíricos, aparentemente limitados, norteou essa produção, que foi analisada à luz do referencial teórico adotado, e a realidade na sua concretude nos permitiu, por meio das falas das trabalhadoras ambulantes, que identificássemos elementos que sustentaram a afirmação contida na hipótese.

Enquanto a proteção social/trabalhista não se debruça sobre essa categoria de trabalhadoras, o que lhes resta como políticas públicas? Nenhuma, pois não querem o seu reconhecimento como situação estrutural, importando ao Estado uma intervenção apenas no sentido coercitivo, para regular tão somente os espaços de trabalho, como já foi demonstrado em nossa análise.

Todavia, a proporção de crescimento do trabalho informal deve ter a atenção, como também poder provocar para o Estado, a possibilidade de regulação, para que se estabeleça, não apenas um trabalho que mantenha a reprodução da força de trabalho, mas que seja nele identificado o direito garantido na Constituição Brasileira, bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, para a dignidade humana, cuja visibilidade suprema se dá, sobremaneira, através do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil. Collor, FHC e Lula. Campinas: Autoras Associadas LTDA., 2004.

\_\_\_\_\_. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, outubro, 2000.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e afirmação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ABRAMO, Laís. Evolução do emprego feminino e equidade de gênero da América Latina: avanços e permanência nos anos 90 . In: **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero.** Ana Alice Costa, Maria Betânia Ávila, Maria Ednalva Bezerra de Lima, Vera Soares, Waldeli P. Melheiros (org)- São Paulo: CUT, 2002.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo e o trabalho das mulheres. In: **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero.** Ana Alice Costa, Maria Betânia Ávila, Maria Ednalva Bezerra de Lima, Vera Soares, Waldeli P. Melheiros (org)- São Paulo: CUT, 2002.

BRAGA, Thaiz. A ocupação informal na região metropolitana de Salvador: uma análise das décadas de oitenta e noventa. SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia [On-line]. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/conjuntura/ped/ped\\_estudos\\_especiais/a\\_ocupacao\\_informal\\_RMS.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/conjuntura/ped/ped_estudos_especiais/a_ocupacao_informal_RMS.pdf). Acesso em: 14 abr. 2005.

BRASCHINI, Cristina et al. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. Disponível em: <[www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2002/pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2002/pdf)> Acesso em: 30 março 2005. (Mulher e Trabalho).

\_\_\_\_\_. Mercado de trabalho formal. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.fcc.org.br/mulher/series\\_historicas/mtf.html](http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html)> acesso em: 22 abril 2005. (Séries Históricas).

\_\_\_\_\_ Mulheres e mercado formal de trabalho. Rio de Janeiro Disponível em: <[http://www.fcc.org.br/mulher/series\\_historicas/mtf.html](http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html)> acesso em: 22 abril 2005. (Séries Históricas).

\_\_\_\_\_ Mulheres, Trabalho e Família. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.fcc.org.br/mulher/series\\_historicas/mtf.html](http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html)> acesso em: 22 abril 2005. (Séries Históricas).

CACCIAMALI, M. C. Economias informal e submersa. **In: XVII Encontro Nacional de Economia, 1990**, Brasília. XVII Encontro Nacional de Economia-Brasília: ANPEC, 1990.

CARVALHO, V. Landim de. O setor informal, o Estado e os movimentos sociais. Salvador, Cadernos do CEAS, n. 124, 1989, p. 22-41.

DRUCK, Graça. Terceirização-desfordizando a Fábrica.- São Paulo: Boitempo, 1999, p. 112.

DRUCK, Graça e BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. In.: DRUCK, Graça. (org.) **Trabalho, flexibilidade e precarização.** Caderno CRH, Salvador Centro de Recursos Humanos da UFBA/Centro Editorial e Didático, n 37, p. 112-139, jul. /dez. 2002.

DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. DRUCK, Graça. (org.) In:**Trabalho, flexibilidade e precarização.** Caderno CRH, -Salvador Centro de Recursos Humanos da UFBA/Centro Editorial e Didático, n 37, p. 81-111, jul/dez. 2002.

DRUCK, Graça. FILGUEIRAS, Luiz. A reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho e o Emprego Bancário na Bahia/Brasil. -Salvador:UFBA/FFCH/FCE. 2000.

DURÕES, Bruno. Trabalho informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua do séc. XIX e séc. XX na cidade de Salvador. In:**Trabalho, flexibilidade e precarização.** Caderno CRH, DRUCK, Graça. (org.) Salvador: Centro de Recursos Humanos da UFBA/Centro Editorial e Didático, n 37, jul/dez. 2002, p. 295-308.

FILGUEIRA, Luiz. A Desestruturação do mundo do trabalho e o “Mal-Estar” desse fim de século.Salvador:CEAS, n 171. 1997.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Maturidade e Experiência em Atividade Informais de Baixa Renda. In: **Dossiê: gênero, idade, gerações.** Caderno do CRH, MOTTA, Alda Brito (org). Salvador: Centro de Recursos Humanos/FFCH/UFBA.n. 42,set/dez 2004, p. 389-404..

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX 1914-1991. 2 ed., -São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda, CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.- 2 ed., São Paulo: Cortez, 1983.

KOLLONTAI, Alexandra. Compasso do tempo: a mulher no Marxismo.- Lisboa. Edições Delfos, Set. 1975.

LAVINAS, L. et al. Trabalho a domicílio: novas formas de contratação. Brasília: Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/employment/strat/publ/iddp30.htm>< Acesso em: 30 abril 2005.

MARX, Karl. Le capital: livro 1. In: Oeuvres: Paris: Galimard, 1965.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. UDP, Dezembro 2004. Disponível em: <<http://www.udp.pt/textos/comuna7/feminizacao.htm>> Acesso em: 1 mai. 2005.

PEREIRA, Jaime marques. Crise do Wefere State, Políticas do Setor Informal e Consenso Liberal da América Latina.In: Caderno CRH, Salvador: Centro de Recursos Humanos da UFBA/Centro editorial e didático, n 20, p. 9-31, Jan/Jul. 1994.

ROCHA, Maria Isabel Baltar de. (org.)Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios. ABEP,NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG.- Belo Horizonte: Editora 34, 2000.

SARDENBERG, Cecília M. B. “A Mulher Frente à Cultura da Eterna Juventude : Reflexões teóricas e Pessoais de uma Feminista Cinquentona”. In: **Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea**. SILVA L. Ferreira e ROSENDO, Enilda (org). Salvador: NEIM/FFCH/UFBA.2002.

SCOTT, Joan. Gender: an useful category of historical analyses. Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SILVA, Luiz Antônio Machado. Da Informalidade à empregabilidade.In:**Trabalho, flexibilidade e precarização**. DRUCK, Graça. (org.)Salvador :Caderno CRH,Centro de Recursos Humanos da UFBA/Centro Editorial e Didático, n 37, jul/dez. 2002, p. 81-111.

SILVA. Jailson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.iets.mf.br/acervo/artigos>> Acesso em: 08 ago. 2004.

TEIXEIRA, Marina Sedrim. Perfil Brasil. Ibam. Disponível em:[http://www.ibam.org.br/condmulher/fi\\_trab8htm](http://www.ibam.org.br/condmulher/fi_trab8htm). Acesso em: 20 mai. 2005.

THEODORO, Mário. As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil.- Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2000. (textos para discussão nº 762)

ANEXOS

## ANEXO A

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS

**Identidade**

- Nome:
- Qual sua idade? \_\_\_\_\_ anos
- Estado civil: \_\_\_\_\_ (casada, solteira, viúva, outros)
- Seu marido trabalha?
- Tem filhos, quantos?
- Os filhos trabalham?
- Em que?
- Idade dos filhos
- Escola dos filhos
- Endereço
- É de Salvador?
- Religião
- Escolaridade/formação
- Cor

**Características da atividade**

- Localização do trabalho
- Data:
- Como é o tipo de mercadoria?
- Como e onde consegue a mercadoria?
- Responsável?
- Como e onde consegue a licença para ocupar o espaço?
- Como é a relação com o fiscal?
- Como iniciou o trabalho?
- Quanto tempo trabalha nesta atividade?
- Como é seu período de trabalho?
- Como você se organiza para trabalhar?
- Como você chega até aqui, quantos transportes pega?
- Gosta do seu trabalho?
- Como você classifica esse tipo de trabalho?
- Tem alguma outra fonte de renda?
- Como é sua renda mensal?
- Como considera seu ambiente de trabalho?
- Considera esse ambiente seguro?
- Já ouviu falar de algum tipo de acidente neste trabalho?
- Conhece alguma ambulante que sofreu acidente de trabalho?
- Se sim, como aconteceu?
- Como você estabelece contato com a licença para ocupação do espaço?
- Como se dá essa ocupação de espaço, quais os conflitos existentes?
- Como trabalhar nesta atividade sendo mulher, tem alguma diferença?
- Existe algum tipo de discriminação?
- Como vocês, mulheres, resolvem os conflitos da atividade?

- Como é a competição entre trabalhadores, relação entre ambulantes, relação ambulantes lojistas?
- Como o grupo de mulheres que trabalha nesta atividade entende esse trabalho?
- Você corre o risco neste trabalho de adoecer, sofre acidente?
- Você tem acesso algum tipo de proteção à saúde?
- Se você não puder trabalhar por motivo de doença, quem provém a casa?
- Qual seu horário de almoço,lanche onde é feito?
- Como vocês fazem suas necessidades de higiene, há banheiros?
- Porque trabalha nesta atividade?
- Outras pessoas da família trabalham nesta atividade?
- Se não estivesse trabalhando aqui, que outro trabalho gostaria de ter?
- Existe algum tipo de organização que dá apoio ao seu trabalho?
- Qual o seu trabalho anterior?

## ANEXO B

TABELA 1  
População economicamente ativa, por sexo Brasil – 1998

	<b>Números absolutos</b>	<b>Em %</b>
Homens	<b>45.614.025</b>	<b>59,33%</b>
Mulheres	<b>31.271.707</b>	<b>40,67%</b>
Total	<b>76.885.732</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IBGE. PNAD/98  
Elaboração: DIEESE

TABELA 2  
Pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, por sexo no Brasil – 1998 (em %)

Posição na ocupação no trabalho principal	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
Empregados	<b>45,1</b>	<b>57,3</b>	<b>52,5</b>
Trabalhadores domésticos	<b>16,9</b>	<b>0,8</b>	<b>7,2</b>
Conta própria	<b>16,1</b>	<b>27,4</b>	<b>23,0</b>
Empregadores	<b>2,3</b>	<b>5,2</b>	<b>4,1</b>
Não-remunerados	<b>11,4</b>	<b>7,0</b>	<b>8,7</b>
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	<b>8,0</b>	<b>1,8</b>	<b>4,3</b>
Trabalhadores na construção para o próprio uso	<b>0,1</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>
Sem declaração	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Total	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE. PNAD/98  
Elaboração: DIEESE

TABELA 4  
Chefes de família, por sexo Brasil – 1990-1998 - (em%)

Sexo	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>1998</b>
Mulheres	<b>20,3</b>	<b>22,9</b>	<b>25,9</b>
Homens	<b>79,7</b>	<b>77,1</b>	<b>74,1</b>
Total	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE. PNAD/98  
Elaboração: DIEESE

**TABELA 7**  
*Taxas de participação, por sexo*  
*Regiões Metropolitanas do Brasil – 1999 - (em %)*

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
São Paulo	<b>52,0</b>	<b>73,4</b>	<b>62,2</b>
Belo Horizonte	<b>48,1</b>	<b>67,4</b>	<b>n.d.</b>
Distrito Federal	<b>55,3</b>	<b>69,9</b>	<b>62,0</b>
Porto Alegre	<b>49,0</b>	<b>68,6</b>	<b>n.d.</b>
Recife	<b>44,4</b>	<b>65,2</b>	<b>54,0</b>
Salvador	<b>53,1</b>	<b>68,5</b>	<b>60,2</b>

*Fonte: DIEESE/SEADE e instituições regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego - Elaboração: DIEESE*

**TABELA 9**  
*Rendimento médio real anual dos ocupados no trabalho principal, segundo sexo*  
*Regiões metropolitanas do Brasil – 1999 - (em R\$ de novembro/99)*

Regiões Metropolitanas	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Rendimento das mulheres em relação ao dos homens</b>
São Paulo	<b>664</b>	<b>1.027</b>	<b>64,7%</b>
Belo Horizonte	<b>453</b>	<b>735</b>	<b>61,6%</b>
Distrito Federal	<b>822</b>	<b>1.220</b>	<b>67,3%</b>
Porto Alegre	<b>499</b>	<b>731</b>	<b>68,3%</b>
Recife	<b>357</b>	<b>548</b>	<b>65,1%</b>
Salvador	<b>408</b>	<b>647</b>	<b>63,1%</b>

*Fonte: DIEESE-SEADE e instituições regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego*  
*Elaboração: DIEESE*